

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE DE DIREITO**

**A IMPLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE  
MITIGAR O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

**CAROLINA PAIVA IMBROINISE**

**Rio de Janeiro  
2018 / 2º Semestre**

**CAROLINA PAIVA IMBROINISE**

**A IMPLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE  
MITIGAR O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Flávio Alves Martins.

**Rio de Janeiro**  
**2018/2º semestre**

## CIP - Catalogação na Publicação

I32i Imbroinise, Carolina Paiva  
A implicação da guarda compartilhada como forma  
de mitigar o fenômeno da alienação parental /  
Carolina Paiva Imbroinise. -- Rio de Janeiro, 2018.  
60 f.

Orientador: Flávio Alves Martins.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

1. Guarda Compartilhada. 2. Alienação Parental.  
I. Martins, Flávio Alves, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**CAROLINA PAIVA IMBROINISE**

**A IMPLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE  
MITIGAR O FENÔMENO DA ALIENACÃO PARENTAL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Flávio Alves Martins.

Data da Aprovação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Orientador

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

**Rio de Janeiro**

**2018/2º Semestre**

## **RESUMO**

O presente trabalho pretende, preliminarmente, apresentar aspectos gerais acerca do direito de família, evidenciando a nova dinâmica que o perfaz, destacando a maneira como as transformações vivenciadas pela sociedade no decorrer das últimas décadas influenciaram o ordenamento jurídico, bem como em sua aplicação pelos operadores do direito. Destacando os princípios constitucionais que dirigem as relações familiares atuais, pautadas especialmente no afeto, sob uma ótica interdisciplinar, buscar-se-á analisar de que modo os diversos modelos de guarda, especialmente a guarda compartilhada, podem impactar na mitigação do fenômeno da Alienação Parental. Por último, será debatida a questão no âmbito dos Tribunais, ressaltando as possíveis medidas a serem adotadas pelos magistrados no curso do processo a fim de atender ao melhor interesse dos menores.

Palavras-Chave: Alienação Parental; Guarda Compartilhada.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. ASPECTOS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 A nova dinâmica do Direito das Famílias.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Dos Princípios Constitucionais Fundamentais.....</b>	<b>15</b>
<b>2. O FENÔMENO SOCIO JURÍDICO DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....</b>	<b>21</b>
<b>3. MODALIDADES DE GUARDA: APLICAÇÃO E EFEITOS.....</b>	<b>35</b>
3.1 Modelos de guarda.....	36
3.1.1 Da guarda unilateral.....	36
3.1.2 Da guarda compartilhada.....	39
3.2 Aplicação dos modelos de guarda e seus efeitos no fenômeno da Alienação Parental.....	41
<b>4. DO POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS ACERCA DA MATÉRIA.....</b>	<b>46</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, o modelo tradicional da família sofreu alterações em sua estrutura, conceito e manutenção, sendo que a concepção da família contemporânea tem como elemento cerne de sua formação e manutenção, a afetividade.

Ocorre que, por estarem inseridas dentro de um contexto de modernidade que emana fluidez e instabilidade, essas relações familiares formadas exclusivamente em decorrência de laços afetivos, expandem sua dimensão para além dos laços matrimoniais, que muitas vezes chegam ao fim de forma precoce.

Consequência disso, o crescente número de separações e divórcios, que muitas vezes ocorrem de forma conturbada, tornou forçoso o reconhecimento pelo ordenamento jurídico do fenômeno da Alienação Parental, com disposição na Lei 12.318/10.

O fenômeno da Alienação Parental consiste na manipulação dos filhos, no contexto de disputa judicial após a separação ou divórcio, pelo genitor que se sente traído ou magoado e induz a criança a romper os laços afetivos com o outro cônjuge, e vêm ganhando espaço considerável no cenário jurídico atual por colocar em risco o desenvolvimento saudável da prole.

Sabendo ser imprescindível para a formação e desenvolvimento emocional do menor a presença de ambos os genitores de forma contínua, é deveras pertinente que sejam estabelecidos debates e pesquisas para criar maneiras eficientes de combater e evitar sua ocorrência, bem como medidas a serem adotadas pelos magistrados no âmbito judicial.

Atualmente, o instituto da guarda compartilhada passou a ser considerado por grande parte da doutrina e jurisprudência como uma melhor alternativa, principalmente por proporcionar aos menores uma maior convivência e interação com ambos os pais, especialmente nos casos em que não há consenso entre estes.

Ademais, no caso do rompimento litigioso em que inexistente consenso entre o casal, caberá ao juiz determinar qual o modelo de guarda mais adequado de acordo com o melhor interesse da criança. O que se observa, nesses casos, é uma maior vulnerabilidade à ocorrência da Alienação Parental, visto que a concessão da guarda à parte que se sente traída decerto instiga o afastamento proposital da criança do outro genitor como meio de vingança.

Por todo o exposto, debater acerca da aplicação da guarda compartilhada como alternativa apta a mitigar a ocorrência da Alienação Parental é de extrema importância para o ordenamento jurídico, sobretudo em razão dos princípios protetores da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança e do adolescente.

Por certo, a situação induz-nos a ponderar acerca da aplicação do modelo de guarda compartilhada nos casos em que inexistente consenso entre os genitores, porém subsiste o mútuo interesse em exercer o poder familiar.

Nesse aspecto, não há como negar que consequências desastrosas podem advir quando inexistente um tratamento familiar adequado ou quando não tomadas as medidas judiciais cabíveis. Tais sequelas, capazes de distorcer as relações afetivas, acabam tendo consequências diretas na formação social do indivíduo, que podem, inclusive, se estender à sociedade tendo em vista os danos causados às crianças e adolescentes vítimas deste fenômeno, impedindo ou dificultando o desenvolvimento de suas relações sociais.

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do fenômeno da Alienação Parental no ramo do Direito de Família, correlacionando-o ao modelo de guarda compartilhada determinado pela Lei 13.058/14.

Desta maneira, este estudo buscou analisar os riscos da Alienação Parental e os impactos deste fenômeno na formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes que passam pelo processo de adaptação ao novo núcleo familiar, quando da ocorrência da separação ou divórcio dos pais. Ainda, evidenciar os



possíveis danos e de que maneira a alienação pode exercer influência sobre os indivíduos, ressaltando as consequências na formação social dos menores, seja no âmbito familiar ou em suas relações sociais.

Especialmente nos casos em que se vislumbra um contexto propício à alienação, discutir os benefícios da guarda compartilhada, ponderando sobre os aspectos positivos e negativos de sua aplicação, bem como expor e comparar as diferentes posições doutrinárias e jurisprudenciais.

Cumprir analisar e discutir como a aplicação do compartilhamento da guarda se reproduz nos casos de separação judicial ou divórcio não consensuais inseridos no contexto contemporâneo, fomentando a discussão a respeito da melhor opção de modelo de guarda a ser adotado nesses casos excepcionais, sobretudo no âmbito dos direitos da criança e do adolescente garantidos pela CF/88.

Por fim, pretende-se realçar e discutir diferentes posições doutrinárias a respeito da eficácia da aplicação da guarda compartilhada com o objetivo de reduzir a incidência do fenômeno da alienação nos casos em que a disputa pela guarda do menor é travada após um rompimento conturbado.

Com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão a respeito do tema, o primeiro capítulo traz um breve histórico acerca da evolução do instituto da família e de como seu conceito vêm sendo alterado no decorrer do tempo. Com efeito, tais alterações superam a ideia de entidade familiar baseada em ligações consanguíneas e priorizam a afetividade nas relações, que passa a ser o novo pilar que conecta os indivíduos pertencentes ao núcleo familiar.

Diante desse cenário, no segundo capítulo optou-se por conceituar brevemente o fenômeno da alienação parental, pressuposto essencial para o desenvolvimento desta monografia, ressaltando os principais aspectos e consequências sociais e jurídicas. Ainda, especialmente pela importância e seriedade dos efeitos advindos às crianças fruto dessas relações quando alvos de disputas litigiosas de guarda, destacou-se a necessidade do diálogo entre os ramos do Direito e da Psicologia.

No terceiro capítulo, por sua vez, analisou-se as principais diferenças entre a guarda unilateral e a guarda compartilhada, esclarecendo que a guarda compartilhada não se confunde com a alternada. Tal diferenciação é importante quando se pretende evidenciar os aspectos positivos e negativos de cada uma delas, discutindo as hipóteses de incidência mais benéficas para o menor.

Por último, a fim de evidenciar a maneira como ocorre na prática a aplicação da Guarda Compartilhada, especialmente no que concerne à incidência do fenômeno da Alienação Parental, o último capítulo trouxe um compilado de julgados proferidos pelos Tribunais, analisando os diferentes recursos e argumentos utilizados pelos magistrados ao proferirem suas decisões.

## **1.ASPECTOS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO**

### **1.1 A nova dinâmica do Direito de Família**

No decorrer dos últimos anos, a sociedade enfrentou significativas transformações sociais, políticas, econômicas e religiosas determinantes na reforma de seus valores e interesses. Tais vicissitudes repercutiram também no ramo do Direito de Família, que acaba sendo compelido à assunção de novos modelos familiares a fim de se adequar à realidade social.

Com a introdução destes novos valores pela sociedade, advindos em grande parte pela globalização e internalização de direitos humanos, a estrutura familiar contemporânea se remodela, adquirindo como elemento cerne de sua formação e manutenção, a afetividade.

A inserção da mulher no mercado de trabalho e sua consequente independência econômica, bem como a igualdade e a emancipação dos filhos, o divórcio, o controle de natalidade e a reprodução assistida, são alguns dos elementos que tornaram a estrutura familiar mais condizente com a nova dinâmica social.

Além disso, a ascensão da mulher e os avanços tecnológicos repercutiram na modificação dos interesses familiares e objetivos de vida. Dessa forma, os papéis desempenhados pelos integrantes do núcleo familiar são modificados e influenciados pela constante evolução na forma de pensar e agir dos indivíduos.

Neste contexto, no lugar da legítima família conjugal e patriarcal, apresentam-se novas formas de composição modeladas de acordo com os costumes e valores atualmente vigentes, refletindo um núcleo familiar variado, multiforme e edificado no afeto.<sup>1</sup>

Desta sorte, as novas modalidades de família que vêm despontando, tais quais

---

<sup>1</sup> MADALENO, Rolf. Curso e Direito de Família – 5ª Ed. – Editora Forense, 2013.

a união estável, concubinato, monoparentalidade e homo afetividade, expandem seu núcleo familiar para além das ligações consanguíneas, ao passo que se encontram muito mais vinculadas ao valor da afetividade.

No mesmo sentido, Maria Berenice Dias defende o uso da expressão “direito das famílias” em razão das multifacetadas formações da entidade familiar, visando abarcar e proteger todos os modelos sem qualquer tipo de discriminação, independentemente de sua formação.<sup>2</sup>

Assim, o conceito de família toma uma outra dimensão, divorciando-se do modelo patriarcal vigente no passado, fortemente influenciado pelo direito canônico e pelo direito romano, em que a família era marcada pelo casamento monogâmico e pela figura do homem como único responsável pela segurança e economia desta.<sup>3</sup>

Nesse viés tradicional, Clóvis Bevilacqua conceitua a família como "o grupo constituído pelos cônjuges e pela prole, ressaltando os valores tradicionais da família legítima e determinando imprescindíveis para existência do ato a dualidade de sexos, a celebração na forma da lei e o consentimento válido."<sup>4</sup>

Não obstante, principalmente após a Constituição Federal de 1988, a família adquiriu uma nova dimensão que supera os laços matrimoniais. Consagrou a Constituição em seu artigo 226 a proteção à família, considerando-a como base da sociedade, podendo esta ser formada pelo casamento civil ou religioso com efeitos civis (§§ 1º e 2º), pela união estável entre o homem e a mulher (§3º) ou ainda pela família monoparental (§4º). Estende, portanto, o conceito de família a outros tipos de entidades que tornam-se revestidas de proteção constitucional.

No mais, o mesmo artigo sedimenta a igualdade de direitos entre o homem e a mulher na sociedade conjugal (§5º), rompendo com a discriminação existente no

---

<sup>2</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015. P.30.

<sup>3</sup> MADALENO, Rolf. *Curso e Direito de Família* – 5ª Ed. – Editora Forense, 2013.

<sup>4</sup> BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. Atualizado por Achilles Bevilacqua. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950. v. 2, p. 41-42, 67.

Código Civil. Facilita, ainda, a dissolução do casamento pelo divórcio, tornando dispensável o requisito de prévia separação judicial (§6º) e estabelece com base nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar e a assistência à família (§§ 7º e 8º).

Inegável que a extensão da garantia constitucional às estruturas familiares previstas no referido artigo foi um avanço. Contudo, ainda que reconhecida e legitimada na realidade brasileira pela jurisprudência, outras entidades familiares surgem a cada dia e buscam seu espaço no âmbito jurídico, que por sua vez torna-se incapaz de prever e proteger todas essas composições, dada a complexidade dessas transformações socioculturais.

Nesse sentido, esclarece Gustavo Tepedino<sup>5</sup>:

*"Ao reverso, as normas que têm a sua ratio vinculada às relações familiares devem ser estendidas a toda e qualquer entidade familiar, nos termos constitucionais, independentemente da origem da família; tenha sido ela constituída por ato jurídico solene ou por relação de fato; seja ela composta por dois cônjuges ou apenas por um dos genitores, juntamente com os seus descendentes. Não há razão, por exemplo, para que um conflito relacionado a qualquer das modalidades constitucionais de entidade familiar seja submetido a uma vara cível, quando na comarca haja vara especializada em matéria de família. Tratar-se-ia de discriminação intolerável por parte da lei estadual de organização judiciária."*

Além disso, merecem também atenção os diferentes impactos advindos dessa pluralidade de entidades familiares, que adquirem um caráter de exclusividade a depender do tipo de relação em que se insere o indivíduo.

Visto que o legislador torna-se incapaz de englobar todos os diferentes fenômenos que surgem nesse cenário de intensa mutação no âmbito familiar, cumpre à jurisprudência e doutrina preencher as "lacunas" deixadas pela legislação.

Rodrigo da Cunha Pereira considera que "a partir do momento em que ocorreu

---

<sup>5</sup> TEPEDINO, Gustavo. A disciplina civil-constitucional das relações familiares. In: *Temas de direito civil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 406.

a constitucionalização do direito civil e a dignidade da pessoa humana foi consagrada como fundamento do Estado Democrático, o positivismo tornou-se insuficiente.”<sup>6</sup>

No mesmo sentido, pontua<sup>7</sup>:

*“Os costumes, como uma importante fonte do direito, vão impulsionando os operadores do Direito para uma constante reorganização do Direito de Família, obrigando-os a buscar em outras fontes do Direito os elementos necessários àquilo que mais se aproxima do justo. Entre todas as fontes do Direito, nos “princípios gerais” é onde se encontra a melhor viabilização para a adequação da justiça no particular e especial campo do Direito de família. [...]”*

Nesse diapasão, compreende-se que em razão do direito das famílias lidar com relações movidas pelo afeto, pela felicidade e liberdade, os princípios adquirem papel deveras essencial na busca por atender às necessidades e particularidades de cada indivíduo, sendo todos dignos de respeito, solidariedade e assistência.

Paulo Luiz Netto Lôbo<sup>8</sup> assim se pronunciou:

*“A realização pessoal da afetividade e da dignidade humana, no ambiente de convivência e solidariedade, é a função básica da família de nossa época. Suas antigas funções econômica, política religiosa e procracional feneceram, desapareceram, ou desempenham papel secundário. Até mesmo a função procracional, com a secularização crescente do direito de família e a primazia atribuída ao afeto, deixou de ser sua finalidade precípua.”*

Para Giselda Hironaka<sup>9</sup>, além de estar na base de constituição da relação familiar, o afeto está também presente na origem e na causa dos descaminhos dos relacionamentos, seja uma relação de conjugalidade ou parentalidade. Devem, por

---

<sup>6</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA: Família e dignidade humana, 5. 2005. Belo Horizonte, Anais... Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2005.

<sup>7</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família – Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR. 2004.

<sup>8</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v. 6, n. 24, p. 155, jun./jul. 2004.

<sup>9</sup> HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Sobre peixes e afeto - um devaneio acerca da ética no Direito de Família.*

isso, "permanecer presente, no trato dos conflitos, dos desenlaces, dos desamores, justamente porque ele perpassa e transpassa a serenidade e o conflito, os laços e os desenlaces".

Acredita a autora que "no momento em que o direito de família conseguir dizer o afeto dentro de sua própria doutrina, aí, sim, estará efetivamente contemplando a pessoa humana no lugar do sujeito de direito." Somente então haverá uma concepção ética do ser humano no direito de família.

É indiscutível que a Constituição de 1988 promoveu apreciáveis conquistas, sobretudo em relação aos direitos humanos, direitos das mulheres e direitos da criança e do adolescente. Não obstante, a natureza afetiva das relações atuais torna a atividade dos aplicadores do direito um trabalho árduo que não pode restringir-se à aplicação de regras jurídicas.

Destarte, verifica-se o caráter substancial dos princípios para o direito das famílias, servindo como condicionante à atividade do intérprete para garantia de um futuro mais digno e igualitário, livre de injustiças e preconceitos.

Para Maria Berenice<sup>10</sup>, é no direito das famílias onde mais se sente o reflexo dos princípios que a Constituição Federal consagra como valores sociais fundamentais. Nesse sentido, acrescenta a autora que

*"Existem princípios gerais que se aplicam a todos os ramos do direito, assim o princípio da dignidade, da igualdade, da liberdade, bem como os princípios da proibição de retrocesso social e da proteção integral a crianças e adolescentes. [...] No entanto, há princípios especiais que são próprios das relações familiares e devem servir de norte na hora de apreciar qualquer relação que envolva questões de família, despontando entre eles os princípios da solidariedade e da afetividade. Alguns princípios não estão escritos nos textos legais, as têm fundamentação ética no espírito dos ordenamentos jurídicos para possibilitar a vida em sociedade."*

À vista disso, cumpre destacar alguns princípios de maior relevância e aplicação

---

<sup>10</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015.

nesse ramo do Direito, elencando seus aspectos fundamentais.

## 1.2 Dos Princípios Constitucionais Fundamentais

Figurando como princípio maior, encontra-se o princípio da dignidade da pessoa humana, fundante do Estado Democrático de Direito e previsto no art.1º da Constituição de 1988.

O princípio da dignidade da pessoa humana é basilar e deve estar presente em todas as normas jurídicas. A dignidade humana compreende o ser humano como um ser autossuficiente, dotado de liberdade para estabelecer seus objetivos de vida e fazer suas escolhas.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira<sup>11</sup>

*“A dignidade, portanto, é o atual paradigma do Estado Democrático de Direito, a determinar a funcionalização de todos os institutos jurídicos à pessoa humana. Está em seu bojo a ordem imperativa a todos os operadores do Direito de despir-se de preconceitos – principalmente no âmbito do Direito de Família –, de modo a se evitar tratar de forma indigna toda e qualquer pessoa humana, principalmente na seara do Direito de Família, que tem a intimidade, a afetividade e a felicidade como seus principais valores.”*

Para Tartuce<sup>12</sup>, nas relações familiares, encontra-se presente por exemplo nos casos em que ocorre o abandono afetivo ou paterno filial, bem como no direito à busca pela felicidade, reconhecendo-se a igualdade entre a paternidade socio afetiva, biológica e a multiparentalidade.

O direito à busca pela felicidade encontra-se implícito no art.1º, III da Constituição, sendo ainda considerado como paradigma contemporâneo pelo Supremo Tribunal Federal.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores para o direito de família. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p.67 e p. 76.

<sup>12</sup> TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito Civil*. 7ª Ed. 2017, p.782-783.

<sup>13</sup> STF, RE 898.060/SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, j. 21.09.2016, publicado no seu Informativo n. 840



Em face da valorização da pessoa humana pelo Direito, inclusive no núcleo familiar, como forma de conceder maior proteção à criança e ao adolescente que se encontram em processo de amadurecimento e formação, surge o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Na Constituição, encontra-se presente no artigo 227 que prevê os direitos e garantias fundamentais dos menores. Do mesmo modo, o Código Civil de 2002 acabou por reconhecer tal princípio ao regular a guarda durante o poder familiar.

Além disso, é válido mencionar que a proteção dada aos menores é regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13).

Para Maria Berenice Dias<sup>14</sup>,

"em face da garantia à convivência familiar, há toda uma tendência de buscar o fortalecimento dos vínculos familiares e a manutenção de crianças e adolescentes no seio da família natural. [...] O que deve prevalecer é o direito a dignidade e ao desenvolvimento integral, e, infelizmente, tais valores nem sempre são preservados pela família biológica ou extensa."

Paulo Lôbo<sup>15</sup> assevera que

*"A paternidade e a maternidade lidam com seres em desenvolvimento que se tornarão pessoas humanas em plenitude, exigentes de formação até quando atinjam autonomia e possam assumir responsabilidades próprias, em constante devir. Não somente os pais, mas também todos os que integram as relações de parentesco ou grupo familiar. Nesta linha, o art. 227 da Constituição impõe à família, em sentido amplo, e bem assim à sociedade e ao Estado, deveres em relação à criança e ao adolescente concernentes à preservação da vida, à saúde, à educação familiar e escolar, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade, e à convivência familiar. Por seu turno, o art. 229 da Constituição estabelece que os pais tenham o dever de assistir, criar e educar os filhos menores. Esse complexo enlaçamento de deveres fundamentais existe pelo simples fato da existência da criança e do adolescente, sem necessidade de ser exigível por estas. Basta a situação jurídica da existência, do nascer com vida."*

---

<sup>14</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015, p.47.

<sup>15</sup> LÔBO, Paulo. *Direito Civil – Famílias*. 4ª Ed. São Paulo - Editora Saraiva, 2011.

Destarte, o que se busca preservar ao máximo pelo princípio do melhor interesse da criança e do adolescente são os menores que se encontram em uma situação de maior fragilidade, principalmente na regulamentação do poder familiar.

Outro princípio que caminha junto à dignidade humana e merece destaque é o princípio da igualdade.

Previsto expressamente na Constituição, faz referência em especial aos cônjuges, aos filhos e as entidades familiares. O § 5º do art. 226 trata dos direitos e deveres dos cônjuges, determinando que ambos devem exercê-lo de forma igualitária.

Para Lôbo, contudo, *"o sentido de sociedade conjugal é mais amplo, pois abrange a igualdade de direitos e deveres entre os companheiros da união estável."*

Assim como há a igualdade entre os cônjuges, o mesmo artigo introduz a máxima igualdade entre os filhos, sem que possa haver qualquer tipo de discriminação no que concerne ao vínculo existente no momento do nascimento.

Ainda no entendimento de Lôbo:

*"A igualdade entre filhos biológicos e não biológicos implodiu o fundamento da filiação na origem genética. A concepção de família, a partir de um único pai ou mãe e seus filhos, eleva-a à mesma dignidade da família matrimonial. O que há de comum nessa concepção plural de família e filiação é sua fundação na afetividade."*

A respeito da igualdade, Maria Berenice<sup>16</sup> esclarece que

*"É necessária a igualdade na própria lei, ou seja, não basta que a lei seja aplicada igualmente para todos. O sistema jurídico assegura tratamento isonômico e proteção igualitária a todos os cidadãos no âmbito social. A ideia central é garantir a igualdade, o que interessa particularmente ao direito, pois está ligada à ideia de justiça."*

---

<sup>16</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015, p.44.

Contudo, a autora ressalta que nesse sentido o princípio da igualdade diferencia-se do princípio da solidariedade, anotando que: "A solidariedade, por sua vez, tem origem nos vínculos afetivos pois é o que cada um deve ao outro, compreendendo em seu próprio significado a fraternidade e reciprocidade."<sup>17</sup>

Para Tartuce<sup>18</sup>, ser solidário significa responder pelo outro e preocupar-se com o outro ente familiar. Desse modo, a solidariedade familiar deve ser tida em sentido amplo, tendo caráter afetivo, social, moral, patrimonial, espiritual e sexual.

A Constituição Federal ao garantir especial proteção a família e estabelecer diretrizes como a igualdade entre homens e mulheres no poder familiar, assim como o tratamento igualitário entre todos os filhos, cria normas que servem como obstáculos para eventual ocorrência de retrocessos sociais.

Nesse sentido, não pode uma garantia constitucional sofrer interferências ou limitações por uma legislação ordinária. Ou seja, o legislador infraconstitucional deve ser fiel ao tratamento isonômico assegurado pela Constituição.<sup>19</sup>

No entendimento de Maria Berenice Dias:

*"A finalidade da lei não é imobilizar a vida, cristalizá-la, mas permanecer em contato com ela, segui-la em sua evolução e a ela se adaptar. Daí resulta que o direito tem um papel social a cumprir, do qual o juiz deve participar, interpretando as leis não somente segundo seu texto e suas palavras, mas consoante as necessidades sociais e as exigências da justiça e da equidade que constituem seu fim. O juiz deve estar atento às transformações do mundo moderno, porque, ao aplicar o direito, não pode desconhecer os aspectos sociais, políticos, econômicos e éticos dos fatos que lhe são submetidos. [...]"*

Por último, talvez o mais relevante princípio para o Direito das Famílias em seu bojo pluralista e moderno, cita-se o princípio da afetividade. Apesar de não estar

---

<sup>17</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015. P.45.

<sup>18</sup> TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito Civil: Volume único*, 7ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2017, p.783.

<sup>19</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015. P.48.

expressamente previsto, encontra-se implícito na Constituição.

As transformações socioculturais que resultaram na quebra de paradigmas no direito de família têm como marca principal o abandono de uma postura restrita ao patrimonialismo, que cede lugar a valorização da afetividade.

Na opinião de Dias<sup>20</sup>, o direito ao afeto encontra-se intimamente ligado ao direito à felicidade, sendo inclusive papel pertinente ao Estado o da criação de instrumentos aptos a gerar felicidade nos indivíduos.

Segundo Tartuce<sup>21</sup>

*"O afeto talvez seja apontado, atualmente, como o principal fundamento das relações familiares. Mesmo não constando a expressão afeto do Texto Maior como sendo um direito fundamental, pode-se afirmar que ele decorre da valorização constante da dignidade humana e da solidariedade."*

Paulo Lôbo<sup>22</sup>, por sua vez, estabelece que

*"Demarcando seu conceito, é o princípio que fundamenta o direito de família na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia sobre as considerações de caráter patrimonial ou biológico. Recebeu grande impulso dos valores consagrados na Constituição de 1988 e resultou da evolução da família brasileira, nas últimas décadas do século XX, refletindo-se na doutrina jurídica e na jurisprudência dos tribunais. O princípio da afetividade especializa, no âmbito familiar, os princípios constitucionais fundamentais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da solidariedade (art. 3º, I), e entrelaça-se com os princípios da convivência familiar e da igualdade entre cônjuges, companheiros e filhos, que ressaltam a natureza cultural e não exclusivamente biológica da família."*

Entretanto, exatamente por serem voltadas ao afeto e centralizadas no indivíduo que busca alcançar sua felicidade ou a felicidade coletiva, muitas dessas relações tornam-se instáveis, gerando uma disseminação dos divórcios e dissoluções das uniões estáveis.

---

<sup>20</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl - SP, Revista dos Tribunais, 2015, p.49.

<sup>21</sup> TARTUCE, Flávio. *Manual de Direito Civil: Volume único*, 7ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2017, p.786.

<sup>22</sup> LÔBO, Paulo. *Direito Civil – Famílias*, 4ª Ed - São Paulo - Editora Saraiva, 2011, p. 71

Nesse ponto, vão surgindo fenômenos que não restam previstos pelo legislador como as famílias reconstituídas, bem como outras demandas que apesar de possuírem legislação específica merecem atenção especial da jurisprudência e da doutrina por serem os regramentos insuficientes, de modo a garantir o adequado cumprimento das funções familiares.

É o caso por exemplo do fenômeno da Alienação Parental, regulamentado pela Lei 12.318/10 que veio a solidificar seu conceito em seu artigo 2º e que será retratado no capítulo a seguir.

## **2. O FENÔMENO SOCIO JURÍDICO DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

A evolução social e econômica vivenciada nas últimas décadas, bem como a centralização da felicidade no indivíduo e a valorização do afeto, são alguns dos fatores responsáveis pelas alterações nas relações humanas. Especialmente no que diz respeito aos vínculos conjugais, manifestam-se tais alterações no aumento do número de divórcios e separações.

Para o sociólogo Zygmunt Bauman<sup>23</sup>, isto ocorre pois surge com a pós modernidade um conceito de felicidade vinculado àquilo que acontece com cada um individualmente, e conseqüentemente, as relações sociais que passam a ter sua base no afeto, num cenário de instabilidade e fácil adaptação, adquirem um caráter temporário, formando laços momentâneos, frágeis e volúveis.

Diante disso, torna-se comum nos dias atuais divórcios e separações, os quais, muitas vezes, em razão do casal não suportar a dissolução do relacionamento, geram tendências vingativas e ensejam atitudes hostis a fim de distanciar o filho do outro genitor. Tais atos são considerados de alienação parental, podendo ser seus efeitos desastrosos para a constituição psíquica da criança, ainda que não seja essa a intenção.

Justamente em razão da seriedade dos efeitos da alienação para a criança, imprescindível que haja um diálogo entre os ramos do Direito e da Psicologia, de forma a esclarecer quais os cenários e as conseqüências deste fenômeno, além de buscar soluções que possam evitar sua ocorrência.

Nesse ponto, cumpre um breve esclarecimento sobre o que foi entendido como Síndrome da Alienação Parental (SAP), assim denominada e descrita pelo psiquiatra americano Richard A. Gardner na década de 80, responsável por identificar o distúrbio em crianças alvos de disputas de custódia.

---

<sup>23</sup> BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

A respeito do tema, Gardner<sup>24</sup> conceitua:

*“A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável.”*

Nesse diapasão, elenca-se como característicos de alienação os atos em que<sup>25</sup>:

(i) o genitor alienante exclui o outro genitor da vida dos filhos - seja não comunicando ao outro genitor fatos importantes, tomando decisões unilaterais ou transmitindo seu desagrado quando a criança externa contentamento em estar com o outro genitor; (ii) interfere nas visitas - controlando excessivamente os horários de visita, organizando atividades para o dia de visitas, de modo a inibi-las ou não permitindo que a criança esteja com o genitor alienado em ocasiões outras senão aquelas previamente estipuladas; (iii) ataca a relação entre filho e outro genitor – obrigando a criança a optar entre a mãe ou o pai, sugerindo que o outro genitor é pessoa perigosa, recordando motivos ou fatos ocorridos que levem ao estranhamento, etc.; (iv) denigre a imagem do outro genitor.

Quando vítima da síndrome, a criança apresenta um sentimento constante de raiva e ódio contra o genitor alienado e sua família, se recusando a dar atenção ou visitar o outro genitor, além de guardar sentimentos e crenças negativas sobre o mesmo, muitas vezes exageradas ou inverossímeis com a realidade. Além disso, são mais propensas a apresentar distúrbios psicológicos como depressão, ansiedade e pânico, utilizar drogas e álcool como forma de alívio, apresentar baixa autoestima e até mesmo cometer suicídios.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> GARDNER, Richard. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? Tradução de Rita Rafaeli. Disponível em:. Acesso em: 08 jun. 2010

<sup>25</sup> Gardner R. Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?. American Journal of Family Therapy. March 2002;30(2):93-115.

<sup>26</sup> Artigo disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/o-que-e>>

Apesar de não ser a SAP reconhecida em sistemas de classificação atuais da Psiquiatria, é foco de intensa controvérsia entre psiquiatras, psicólogos, advogados, juízes e assistentes sociais. Para alguns autores, inclusive, médicos ou psicólogos não possuem competências técnico-científicas que lhes permitam identificar tal construto. Para estes, a constatação do fenômeno em situações judiciais depende, em verdade, de certos critérios elencados por Gardner, tais como a campanha denegritória contra o genitor alienado, racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação, falta de ambivalência, apoio automático ao genitor alienador no conflito, entre outros.<sup>27</sup>

Além disso, a evolução da SAP ocorre em 4 fases, sendo que, no grau ligeiro, correspondente à primeira e segunda fase, ainda há por parte dos genitores o reconhecimento de que a relação conturbada pode vir a causar prejuízo ao(s) filho(s), ainda que isto não impeça a ocorrência dos atos.

Nesse momento, a decisão judicial provavelmente é meio eficiente de resolução do problema, ao passo que o pedido de perícias pode vir a comprometer o sistema familiar, perpetuando e agravando a situação, uma vez que atrasa a decisão. Ainda, existindo significativa gravidade, assume ainda maior relevância a tomada de decisão, de modo urgente, pelo Tribunal. Isto porque, eventual prática de crime de maus tratos ou abuso, poderá resultar na suspensão da visitação do genitor investigado, em proteção da saúde mental da criança.<sup>28</sup>

Destarte, a Síndrome da Alienação Parental é a decorrência da instauração de uma rede de sintomas nas vítimas envolvidas. Não se confunde, no entanto, com o fenômeno da Alienação Parental, representado pela prática alienadora em si, em que há uma verdadeira campanha de desqualificação de um dos pais.

A ocorrência da Alienação Parental se dá, geralmente, quando um dos pais que possui a guarda proíbe, impede ou dificulta o acesso daquele que não a detém ao

---

<sup>27</sup> CINTRA, Pedro., SALAVESSA, Manuel., PEREIRA, Bruno., JORGE, Magda., VIEIRA, Fernando. Síndrome da Alienação Parental: Realidade médico-psicológica ou jurídica? - Revista Julgar nº 7, 2009.

<sup>28</sup> CINTRA, Pedro., SALAVESSA, Manuel., PEREIRA, Bruno., JORGE, Magda., VIEIRA, Fernando. Síndrome da Alienação Parental: Realidade médico-psicológica ou jurídica? - Revista Julgar nº 7, 2009.



filho, utilizando o menor como instrumento de vingança pela ruptura da vida conjugal, a fim de promover o afastamento do outro genitor de seu núcleo familiar.

Nesse sentido, Maria Berenice Dias<sup>29</sup> esclarece:

“Muitas vezes, quando da ruptura da vida conjugal, se um dos cônjuges não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, com o sentimento de rejeição, ou a raiva pela traição, surge o desejo de vingança que desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-parceiro. Sentir-se vencido, rejeitado, preterido, desqualificado como objeto de amor, pode fazer emergir impulsos destrutivos que ensejam desejo de vingança, dinâmica que faz com que muitos pais se utilizem de seus filhos para o acerto de contas do débito conjugal.”

Sobre o assunto, a autora defende que a valorização do afeto deixou de se limitar apenas ao momento de celebração do matrimônio, devendo perdurar por toda a relação. Disso resulta que, cessado o afeto, está ruída a base de sustentação da família, e a dissolução do vínculo do casamento é o único modo de garantir a dignidade da pessoa.

Contudo, das relações que tenham resultado filiação, não se pode confundir o fim do relacionamento conjugal e a desestruturação familiar com o abandono da criança. É inquestionável que o rompimento do laço conjugal traz consequências a todos os componentes do núcleo familiar, especialmente aos menores ainda em processo de formação e dependentes de seus genitores, gerando insegurança e consequências por vezes irreparáveis.

Isto porque, da ruptura conturbada do vínculo conjugal, constitui-se a assimilação da culpa pelas crianças e adolescentes advindos desta relação um dos efeitos mais gravosos à formação da personalidade, sendo que muitos incorporam a responsabilidade pelo rompimento do casamento.

---

<sup>29</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. (p.881/882)

Para Grisard, é importante que aos filhos seja transmitida a ideia de que ambos os pais continuarão a fazer parte da vida daqueles, a fim de que os vínculos de afeto mantenham-se integralmente.<sup>30</sup> A importância do vínculo mantido com a família no momento de formação do indivíduo repercute não só no desenvolvimento e na construção de seu caráter, mas afeta também, profundamente, sua saúde emocional e psíquica, influenciando diretamente em seus sentimentos e afetos, bem como em suas experiências de relacionamento e de aprendizagem.

Dito isso, a prática da alienação parental fere o direito fundamental de convivência familiar saudável, que subsiste independentemente da relação pessoal entre os seus genitores. Além disso, prejudica o afeto nas relações da criança com o genitor e com o grupo. Daí a importância do assunto para o Direito – principalmente o Direito das Famílias - buscando por meio da norma, a proteção da dignidade da pessoa humana do menor, que não pode ser prejudicado diante das dificuldades e impedimentos criados na convivência com seus genitores.

Cumprido ressaltar que compete a ambos os pais o exercício do poder familiar, sendo destes a responsabilidade de desenvolvimento sadio e equilibrado do menor por meio de uma formação adequada, não só educacional como também humana, obtida por meio de experiências de relações na sociedade e, principalmente, no seio familiar.<sup>31</sup>

No mais, ainda que o Código Civil afirme a igualdade entre os direitos e deveres de ambos os cônjuges mesmo após o divórcio, competindo a ambos a estruturação e direção da entidade familiar (artigos 1567 e 1579 do CC), não há como negar que a vulnerabilidade emocional dos pais e sua incapacidade de proteger os filhos dos problemas conjugais, acaba por ocasionar também a desestruturação emocional da prole.

---

<sup>30</sup> Grisard, W., Filho. (2010). Guarda compartilhada: Um novo modelo de responsabilidade parental. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais.

<sup>31</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Alienação Parental: uma inversão da relação sujeito objeto. Publicado em: 26/06/2017. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br>>

Principalmente no tocante a questão da guarda, havendo discordância entre os responsáveis após a ruptura da estrutura familiar, a ausência de harmonia transforma o ambiente propício à ocorrência da alienação parental.

Sobre o assunto, ensina Gonçalves<sup>32</sup>:

*“Em princípio, a guarda dos filhos constitui direito natural dos genitores. Verificado, porém, que não devem eles permanecer em poder da mãe ou do pai, o juiz deferirá a sua guarda preferencialmente a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges, “que revele compatibilidade” com a natureza da medida, levando em conta a “relação de afinidade e afetividade” com os infantes (CC, art. 1.584, § 5o, com a redação dada pela Lei n. 11.698/2008).”*

Pois bem. Muitas vezes, a dissolução da família acaba por fazer nascer entre os genitores, ou por apenas um deles, uma relação de animosidade, de ódio, de inimizade, que transcende a relação entre eles e passa a influenciar a relação deles para com os filhos menores.<sup>33</sup>

A objetificação do menor surge então da frustração de um dos pais com o rompimento conjugal, que tenta privar o ex-cônjuge da convivência com o filho em comum. O sentimento de vingança, responsável por impedir a convivência pacífica entre os ex-cônjuges, elenca-se como principal causa desta prática. Desta forma, ao genitor que não detém a guarda, criam-se obstáculos à visitação, utilizando a criança ou adolescente como meio de retaliação e revanchismo.

Rodrigo Pereira<sup>34</sup> pontua que

*“A alienação parental vincula-se a um dos mais terríveis sentimentos humanos, que é a rejeição. Alguém que não elabora psiquicamente o fato do outro não mais amá-la, ou não querer mais viver uma relação amorosa, é capaz de tirar de suas entranhas um sentimento de vingança, que não poupa nem o próprio filho. Tudo isto para não se deparar com o seu desamparo estrutural, e desencadeia um processo de desmoralização do(a) “ex” a ponto de aliená-lo da vida do filho. E é aí que o filho é deslocado do lugar de sujeito de direitos e desejos, e*

---

<sup>32</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v.6: direito de família. 9ª Ed. São Paulo – Ed. Saraiva, 2012.p.250

<sup>33</sup> FIGUEIREDO, Fabio Viera e ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação Parental*. 2ª Ed. São Paulo – Editora Saraiva, 2014.p.39

<sup>34</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Alienação Parental: uma inversão da relação sujeito objeto*. Publicado em: 26/06/2017. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br>>

*passa a ser objeto de desejo e satisfação do desejo do “alienador”. É a objetificação do sujeito, para transformá-lo em veículo de ódio.”*

Sobre o tema, Maria Berenice<sup>35</sup> acrescenta: *“O filho é utilizado como instrumento da agressividade, sendo induzido a odiar um dos genitores. Trata-se de verdadeira campanha de desmoralização. A criança é levada a afastar-se de quem ama e que também a ama.”*

Nesta toada, ainda que de graus variados, a figura da alienação acaba por criar no filho uma imagem negativa daquele que é um dos responsáveis por sua criação e consequente formação e estruturação psíquica. Ou seja, um dos pais, conscientemente ou inconscientemente, aliena no sentido de construir ou desconstruir uma imagem paterna ou materna.

Segundo Rodrigo Pereira<sup>36</sup>,

*“no estágio leve, as campanhas de desmoralização são discretas e raras; no médio, os filhos sabem o que o alienador quer escutar e começam a colaborar com a campanha de denegrir a imagem do pai/mãe alienado; no grave, os filhos já entram em pânico por terem de conviver com o outro pai/mãe e evitam qualquer contato”.*

Em alguns casos mais graves, vislumbra-se, ainda, implantação de falsas memórias pelo genitor alienante na mente da criança, de modo a comprometer a imagem que o filho tem do outro, seja de fatos que não ocorreram ou que ocorreram de forma diversa ao que é contado. Logo, ao se convencer da versão que lhe foi implantada, a criança adquire a sensação de que essas lembranças de fato aconteceram, o que gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo paterno-filial.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. (p.882)

<sup>36</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Dicionário de Direito de Família e Sucessões – Ilustrado*. Ed. Saraiva (Pág. 74).

<sup>37</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. (p.882)

Verifica-se, portanto, o uso abusivo do poder parental por parte do genitor alienante na tentativa de persuadir a criança ou adolescente para que este acredite em suas crenças e opiniões, influenciando negativamente na imagem a ser criada pela criança do outro genitor.

Ocorre que, o medo de ser abandonado do amor dos pais, nesse contexto, produz no filho a aceitação de tudo aquilo que o genitor guardião determina. Desta manipulação resulta certa aversão pelo menor em relação ao outro genitor, sendo a razão pela qual há um comportamento injustificado da criança em desfavor deste.

Neste cenário, cumpre ressaltar que o sentimento de confiança entre a criança e o genitor guardião muitas vezes impede que o menor consiga discernir quando está sendo manipulado, acreditando naquilo que lhe é narrado repetidamente. Em casos mais graves, manipula-se o menor inclusive a respeito de falsa denúncia de abuso sexual.

Conforme relata Conrado Paulino da Rocha<sup>38</sup>,

*“Em seu ardiloso percurso, o alienador começa a falar mal do outro genitor, obstaculiza ligações, desqualifica as atitudes e, até mesmo, presentes recebidos do outro lar e, também, começa a criar empecilhos para que o filho conviva no lar alienado. No seu grau máximo, provando seu agir patológico e inconsequente, o alienador cria na cabeça da prole uma falsa memória de abuso sexual, para conseguir medida judicial que possa vetar totalmente o contato com o outro ascendente, atingindo o ápice da campanha de afastamento.”*

Frisa-se que a manipulação exercida sobre o filho é um dos aspectos principais, o que certamente ocasionará a perda da afetividade e da identidade necessárias na formação do indivíduo. Neste aspecto, a separação conjugal estende seus efeitos para além da pessoa dos cônjuges, devendo a seus efeitos ser atribuído devida atenção.

---

<sup>38</sup> DA ROSA, Conrado Paulino. *Dia internacional de combate a alienação parental*. IBDFAM – Data de publicação: 24/04/2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br>>

Bem como denuncia Rodrigo Pereira<sup>39</sup>,

*“as consequências psíquicas da alienação parental nos filhos são quase imensuráveis. Vão desde sintomas mais evidentes como desestruturação psíquica, psicossomatizações, dificuldades de estabelecer vínculos afetivos, depressão, transtornos de identidade, comportamento hostil, consumo de álcool e drogas e até mesmo suicídio.”*

No mesmo sentido, assevera Dias<sup>40</sup>:

*“Os resultados são perversos. Pessoas submetidas à alienação mostram-se propensas a atitudes antissociais, violentas ou criminosas; depressão, suicídio e, na maturidade - quando atingida-, revela-se o remorso de ter alienado e desprezado um genitor ou parente, assim padecendo de forma crônica de desvio comportamental ou moléstia mental, por ambivalência de afetos.”*

Indiscutível a gravidade das consequências advindas desse comportamento. Inegável, portanto, a necessidade de intervenção no sentido de coibir tais práticas e evitar os efeitos devastadores ao núcleo familiar e à sociedade.

Diante dos graves efeitos à família, especialmente no que concerne a criança ou adolescente vítima da alienação, e que inevitavelmente se estendem a sociedade, entende-se que o fenômeno da Alienação Parental ultrapassa a esfera social, tornando-se uma questão social que adentra o cenário jurídico.

Isto posto, a Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/10) surge como um instrumento protetor dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, fornecendo ao magistrado meios para uma tutela mais rápida e eficiente a fim de preservar a integridade psicológica da criança.

Em síntese, a referida lei prevê medidas preventivas e punitivas a serem adotadas pelo juiz como forma de evitar a ocorrência de maiores danos às partes

---

<sup>39</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Alienação Parental: uma inversão da relação sujeito objeto*. Publicado em: 26/06/2017. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br>>

<sup>40</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. (p.883)

envolvidas, que vão desde acompanhamento psicológico e multas até a perda da guarda da criança pelo genitor alienante.

Quando tais questões são levadas ao Judiciário, cumpre ao magistrado analisar as denúncias, para que havendo indícios de sua prática, seja possível instaurar procedimento autônomo ou incidental. Entretanto, em que pese sua função de julgador, é fundamental que haja o reforço de uma equipe de formação variada, desde psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras<sup>41</sup>.

Caracterizada a alienação parental, deve o magistrado tomar medidas urgentes e de fato efetivas de intervenção nas relações familiares, de forma a proteger a integridade familiar na pessoa da criança, daí uma maior preocupação do legislador com a celeridade processual.

O cerne do problema, todavia, reside na dificuldade em identificar a existência ou não dos episódios denunciados, que por muitas vezes é fruto da invenção de um dos genitores e incorporação pela criança ou adolescente.

No tocante ao tema, ressalta Maria Berenice Dias<sup>42</sup>:

*“Quando uma notícia é levada ao Judiciário, ainda que exista o dever do magistrado de tomar imediatamente uma atitude, há também o receio em relação a veracidade da denúncia, que se verdadeira, traumática para a criança. Contudo, se não, ficará a criança privada do convívio com o genitor que não lhe causou qualquer mal.”*

Destacam os autores Georgios Alexandridis e Fabio Vieira<sup>43</sup> que

*“(...) a alienação parental deve ser sempre robustamente comprovada, já que muitos dos atos conceituados como situações de prática de alienação parental podem – na verdade – ser promovidos com o real intuito de proteger o menor, ou seja, no inciso sob estudo, o citado exemplo de abuso sexual pode realmente ter ocorrido, assim, a*

---

<sup>41</sup> FIGUEIREDO, Fabio Viera e ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental. 2ª Ed. São Paulo – Editora Saraiva, 2014.

<sup>42</sup> DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. (p.884)

<sup>43</sup> FIGUEIREDO, Fabio Viera e ALEXANDRIDIS, Georgios. Alienação Parental. 2ª Ed. São Paulo – Editora Saraiva, 2014.

*simples alegação de sua prática não pode ser desqualificada pela possível existência da alienação parental.”*

Nesse sentido, é justamente a desnecessidade crucial de comprovação de tais práticas, não obstante a apuração de indícios, que proporciona à referida Lei caráter efetivo e célere contra a perpetuação dos atos alienantes.

De acordo com a Lei, nos casos de alienação parental, pode o juiz advertir o alienador, ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado, multar o alienador, inverter a guarda ou alterá-la para guarda compartilhada. Pode, inclusive, suspender o poder familiar. Tais medidas são facultadas ao juiz a fim de evitar maiores prejuízos às partes envolvidas, bem como sequelas graves ou irreversíveis ao menor vítima da alienação parental.

Conforme ensina Venosa, “esse rol é apenas exemplificativo, e, o juiz deverá verificar qual a solução mais plausível no caso concreto. Nada impede que algumas dessas medidas sejam aplicadas cumulativamente”.<sup>44</sup>

Não raramente, tendo indícios de atos de alienação parental, principalmente em razão da gravidade das alegações, o juiz reverte a guarda ou suspende as visitas, determinando a realização de estudos sociais e psicológicos, sendo cessada a convivência neste período.

Discorre Pereira<sup>45</sup>:

*“As consequências jurídicas, uma vez declarada pelo juiz a alienação parental, em ação autônoma ou incidental, são advertência, inversão de guarda, restrições de convivência ou convívio monitorado e até mesmo a suspensão do poder familiar (Art. 6º). As provas da alienação parental, em geral são feitas por perícia, mas também por documentos e testemunhas.”*

Todavia, as sanções elencadas na Lei da Alienação Parental são deveras questionadas pela doutrina em sua efetividade. Isto porque, conquanto a perícia seja

---

<sup>44</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: direito de família. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. (p.321)

<sup>45</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Alienação Parental: uma inversão da relação sujeito objeto. Publicado em: 26/06/2017. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br>>



realizada por um aparato competente, com diversas avaliações, testes e entrevistas, muitas acabam não sendo conclusivas, primordialmente em razão da complexidade do relacionamento familiar.

Ademais, há que se atentar ao fato de que para afastar o outro genitor do convívio da criança ou adolescente, o juiz deverá agir com cautela, assegurando ao menos o direito de visita acompanhada.

Muito importante é a preservação da relação afetiva entre pais e filhos, ainda que a relação entre os pais não esteja mais estabelecida na forma de uma família constituída, tendo como principais alicerces os laços de afetividade, de respeito e de considerações mútuas.

Fabio e Georgios<sup>46</sup>:

*“Importante consignar que ações relativas ao Direito de Família, em que se mostra possível a existência da alienação parental, têm repercussão direta no princípio da dignidade da pessoa humana, e, assim, pressupõem a melhor das soluções para a pessoa do menor, com a garantia mínima do direito de visitas, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei n. 12.318/2010.*

Além disso, insta salientar, qualquer medida sancionadora da conduta deve ser acompanhada de apoio integral aos pais envolvidos, uma vez que são estes os envolvidos no conflito original, sendo certo que a estrutura psicológica de ambos é determinante na ocorrência do fenômeno.

Não há dúvida, outrossim, apesar de difícil comprovação, de que é fundamental o reconhecimento da prática de alienação parental no processo de combate ao fenômeno, principalmente para que sejam encontradas formas de solução, ou ao menos amenização das consequências, tão gravosas aos menores.

---

<sup>46</sup> FIGUEIREDO, Fabio Viera e ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental**. 2ª Ed. São Paulo – Editora Saraiva, 2014. p.96.

Outro tema que provoca inúmeras discussões na doutrina é a criminalização da conduta. Não obstante o reconhecimento da conduta como ilícito civil, a Lei n. 12.318/10 não contempla nenhuma tipificação criminal da alienação parental.

Para Gonçalves<sup>47</sup>, “a lei ora comentada tem mais um caráter educativo, no sentido de conscientizar os pais, uma vez que o Judiciário já vinha tomando providências para proteger o menor, quando detectado um caso da aludida síndrome.”

Destarte, o objetivo maior dessas sanções é a de restabelecer ao menor o convívio com ambos os pais, preservando ou restabelecendo todo o vínculo de amor, segurança e afeto existentes, de forma a preservar os princípios constitucionais, tais como princípio da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança e do adolescente e o da afetividade.

Por outro lado, foi recentemente promulgada a Lei 13.431/17, que prevê a alienação parental no rol das formas de violência a crianças e adolescentes, bem como prevê a possibilidade de medidas protetivas típicas da Lei Maria da Penha. Assim, é assegurado ao menor vítima da violência psicológica o direito de pleitear medidas protetivas contra o autor da violência, à luz do ECA e da Lei Maria da Penha.

Em suma, apesar de reconhecer a alienação parental como forma de violência psicológica, a referida lei não a tipifica como crime, o que é compreensível quando se considera as consequências da criminalização do ato de alienação em vista da própria proteção do interesse do menor.

Ainda na busca por dirimir os efeitos negativos ocorridos no seio da família, o ordenamento jurídico brasileiro inseriu em nosso Código Civil, pela lei 11.698/2008, a figura da guarda compartilhada, dividindo-se o tempo de convívio de forma equilibrada entre os genitores.

---

<sup>47</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v.6: direito de família. 9ª Ed. São Paulo – Ed. Saraiva, 2012. P.261

Não há como negar que o poder familiar conferido aos pais de forma igualitária incentiva ambos a um envolvimento conjunto, ativo e contínuo na vida dos filhos. Não obstante as partes envolvidas por vezes tenham dificuldade para compreendê-lo, é importante destacar que a separação dos cônjuges não reflete ou altera os deveres inerentes do poder familiar.

Dentre as medidas preventivas que podem ser adotadas a fim de evitar a ocorrência da alienação parental e eventual síndrome, a fixação da guarda compartilhada, dependendo do caso concreto, se aplicada de forma consensual e nos casos adequados, pode vir a contribuir de forma bastante benéfica.

Cumprе analisar, outrossim, quais os efeitos da aplicação dos diferentes tipos de guarda, principalmente no que tange ao combate à Alienação Parental, a fim de concluir de que forma a aplicação da Guarda Compartilhada pode contribuir na mitigação de tal fenômeno.

### 3. MODALIDADES DE GUARDA: APLICAÇÃO E EFEITOS

Conforme já exposto, não há como negar que as relações familiares e, conseqüentemente, o Direito, sofrem grandes alterações com a modernidade, assumindo a família no contexto atual função social indispensável na promoção de valores e princípios tais como a isonomia, solidariedade, afetividade, a supremacia do interesse da criança e a dignidade da pessoa.

Com a dissolução da sociedade conjugal, do vínculo matrimonial ou do companheirismo, torna-se tarefa dos pais decidir quem terá o direito à guarda do menor – compreendendo esta como um dever de assistência educacional, material e moral. Dessa maneira, atentando ao melhor interesse da criança, a legislação atual dispõe que, nos casos em que há consenso na dissolução da relação, deliberado com quem ficará o filho menor, deve o juiz homologar o acordo, abarcando tanto a guarda unilateral quanto a compartilhada<sup>48</sup>.

O problema surge quando a separação, divórcio ou dissolução da união estável não ocorre de maneira consensual. Isto porque, não havendo acordo entre os cônjuges, a guarda será atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la, cabendo ao juiz tal decisão, de acordo com as particularidades de cada caso.

Contudo, principalmente após um rompimento mal resolvido, uma possível disputa dos pais para estabelecer a guarda dos filhos, o regime de visitação, a partilha de bens e a fixação dos alimentos abre margem para a criação de um ambiente propício à prática de atos de alienação parental, violadores de inúmeros princípios constitucionais.

Adverte Rolf Madaleno<sup>49</sup> :

“Não é nada infrequente os juízes se depararem com disputas judiciais, cujos pais vindicam a primazia da condição de guardador, muitas vezes motivados por seus egoísticos

---

<sup>48</sup> Enunciado nº 101 do Conselho da JF, aprovado na I Jornada de Direito Civil.

<sup>49</sup> MADALENO, Rolf. Curso e Direito de Família – 5ª Ed. – Editora Forense, 2013.

interesses pessoais, onde visam a causar danos psíquicos ao ex-cônjuge do que o verdadeiro bem-estar do filho, mera peça esta de jogo de poder, vítima da ascendência e irreversível prepotência daqueles incapazes de criar e preservar vínculos simples de amor (...)"

Inicia-se, dessa maneira, um processo de desmoralização do genitor que não detém a guarda por aquele que permaneceu com o dever de cuidar da criança mediante condutas típicas do fenômeno da alienação parental. Por isso, tendo-se em vista a proteção do bem-estar do menor, bem como o direito ao convívio deste com ambos os pais de forma isonômica, necessário se faz entender como os diferentes tipos de guarda a serem aplicados podem interferir na incidência de tais condutas.

### **3.1 Modelos de Guarda**

Insta salientar que os modelos de guarda não se restringem aos modelos de guardas unilateral e compartilhada. Quando os pais vivem juntos, a guarda comum é a regra. Outros modelos, como a nidação, a guarda alternada e a guarda por terceiros não são relevantes ao presente trabalho, razão pela qual não serão abordados. Entretanto, de acordo com o Código Civil de 2002<sup>50</sup>, quando da dissolução da sociedade conjugal ou do vínculo conjugal pela separação ou divórcio, caberá aos cônjuges optar pela adoção de modelo de guarda unilateral ou compartilhada, sendo, por isso, objetos do presente estudo.

#### **3.1.1 Da guarda unilateral**

A guarda unilateral, exclusiva ou única está disciplinada nos artigos 1.583 e seguintes do CC/2002 e nos artigos 33 e 35 do ECA. Obriga a assistência material, moral e educacional do menor. Pertencia, via de regra, à mãe. Na legislação atual, entretanto, inexistindo convenção entre as partes e sendo a opção adotada pelo magistrado, será conferida a quem possa oferecer melhores condições para desempenhá-la (art. 1583 do CC). Quem não detém a guarda, fica estabelecido o regime de visitas, podendo, contudo, supervisionar os interesses da criança (art. 1638

---

<sup>50</sup> Art. 1583 e seguintes do Código Civil de 2002.

do CC/02). Além disso, ao mesmo é facultado o direito de fiscalização da manutenção e educação do menor (art. 1589 do CC/02).

Sobre esse modelo de guarda, ensina Maria Helena Diniz<sup>51</sup>:

*“(...) A guarda unilateral é conferida a um dos genitores, ou seja, àquele que, objetivamente, apresentar mais aptidão para propiciar aos filhos uma boa educação, para assegurar a eles saúde física ou psicológica. Tal guarda obrigará o genitor-visitante a supervisionar os interesses da prole. E para tornar possível essa supervisão qualquer um dos genitores poderá, legitimamente, solicitar informações ou prestação de contas, de ordem objetiva ou subjetiva, sobre assuntos ou situações relacionadas, direta ou indiretamente, com a saúde física ou psíquica e a educação dos seus filhos. O genitor-visitante possui a guarda descontínua, pois a visita se opera em intervalos de tempo. Não há alteração de titularidade do poder familiar, mas o genitor-guardião terá seu exercício e não poderá praticar quaisquer atos de alienação parental, lesando o direito da prole à convivência familiar (...).”*

Carlos Roberto Gonçalves, por sua vez, conceitua tal modelo como a forma em que “um dos cônjuges, ou alguém que o substitua, tem a guarda, enquanto o outro tem, a seu favor, a regulamentação de visitas”. Acrescenta ainda que este modelo conta com o inconveniente de privar o menor da convivência diária e contínua com um dos genitores.<sup>52</sup>

Tal assertiva corrobora com a principal crítica que atinge este tipo de guarda, qual seja o afastamento do laço de paternidade com o genitor não guardião, ao passo que cria neste um sentimento de impotência e perda em relação ao cotidiano da vida do filho. De fato, a ausência de um dos progenitores na vida e cotidiano da criança é suficiente para impactar no psicológico desta última. Contudo, é importante esclarecer, não obstante a existência de interesses conflitantes entre os cônjuges, no que tange a guarda dos filhos, os direitos e deveres estabelecidos nas relações parentais devem ser exercidos conjuntamente por ambos os pais em plena igualdade de condições.

---

<sup>51</sup> MARIA HELENA DINIZ. Guarda Unilateral ou Compartilhada: uma primeira impressão da Lei n. 13058/2014.

<sup>52</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. 6. Direito de Família. 2010. P. 283.

Nesse sentido, assevera Maria Berenice Dias<sup>53</sup>:

*“Como o poder familiar é um complexo de direitos e deveres, a convivência dos pais não é requisito para a sua titularidade, competindo aos dois seu pleno exercício. Têm ambos o dever de dirigir a criação e a educação, conceder ou negar consentimento para casar, para viajar ao exterior, mudar de residência, bem como ambos devem representá-lo e assisti-lo judicial ou extrajudicialmente (CC 1.634). Sempre que é exigida a concordância dos dois genitores, não basta a manifestação isolada de apenas um, ainda que o filho esteja sob sua guarda.”*

Neste sentido, questiona a doutrina a eficácia da fixação de guarda unilateral dos filhos porquanto essa modalidade de guarda fomentaria os sentimentos possessivos e a ingerência do genitor guardião, possibilitando a ocorrência da alienação parental nesses casos. Em verdade, o que se nota com o estabelecimento da guarda unilateral é que tal modelo propicia o afastamento do menor de um dos genitores, havendo prejuízo para o cônjuge não guardião, podendo acarretar de início um distanciamento lento, mas que, paulatinamente, pode se tornar definitivo em decorrência da escassez dos encontros bem como das separações repentinas.<sup>54</sup>

Waldyr Grisard Filho acrescenta, ainda, que o direito de visita “visa, na medida do possível e do desejável, satisfazer a plena e adequada comunicação entre pais e filhos que não convivem”<sup>55</sup>. Contudo, para garantir o melhor interesse da criança, reconhece a guarda compartilhada como mais benéfica, uma vez que restaria garantida a coparentalidade e evitaria o afastamento ou exclusão de um dos pais no exercício de sua responsabilidade.<sup>56</sup>

Dito isso, insurge-se a guarda compartilhada como proposta à guarda exclusiva, visando a manutenção dos laços de afetividade e buscando minorar os

---

<sup>53</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015. P.30.

<sup>54</sup> GROENINGA, Giselle. Guarda compartilhada e relacionamento familiar. Algumas reflexões necessárias.

<sup>55</sup> GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002, p. 97.

<sup>56</sup> FILHO, Waldyr Grisard. *Artigo: Guarda alternada ou guarda compartilhada?* Publicação: 26/02/2013. Fonte: Assessoria de Comunicação do IBDFAM

efeitos negativos que a separação acarreta na vida do menor, além de tentar conferir aos pais maior igualdade no exercício da função parental.

### **3.1.2 Da Guarda Compartilhada**

De acordo com os ensinamentos de Maria Helena Diniz, a guarda compartilhada é o exercício conjunto do poder familiar por pais que não vivem sob o mesmo teto. Neste modelo de guarda, a responsabilidade é conjunta e o exercício de direitos e deveres alusivos ao poder familiar, dual. Além disso, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada entre os pais, considerando-se sempre as condições fáticas e interesses da prole. Ainda, esclarece a autora que “os filhos terão como residência principal a de um deles, mas deverá haver equilíbrio no período de convivência para que os filhos se relacionem com ambos”.<sup>57</sup>

Ressalta-se aqui que a guarda conjunta não exclui a possibilidade de exigir pensão alimentícia, subsistindo a obrigação alimentar. Contudo, na prática, em razão dos pais compartilharem suas responsabilidades e estarem em constante companhia dos filhos, muitas vezes acabam suprimindo suas despesas.<sup>58</sup>

Oportuno mencionar que o compartilhamento atribuído é da guarda jurídica, ou seja, aquela em que determina ambos os pais como titulares da mesma obrigação, qual seja de guardar o menor. A guarda física, de outro modo, deverá ser estabelecida pelos pais como lhes convier. Assim, não existe uma regra absoluta relacionada a frequência das visitas, tampouco previsão que delimite o exercício da guarda física em partes iguais, mas sim proporcionais.

Com isso, não se confunde com a guarda alternada, visto que nesta última há detenção da guarda por ambos genitores, que revezam em períodos alternados o convívio da criança. Logo, caberia a cada um dos genitores, dentro daquele período

---

<sup>57</sup> DINIZ, Maria Helena. Guarda Unilateral ou Compartilhada: uma primeira impressão da Lei n. 13058/2014.

<sup>58</sup> SILVA, Denise Maria Peressini. Guarda Compartilhada e Síndrome da Alienação Parental: o que é isso? Campinas SP: Autores associados, 2009, p. 23



de tempo determinado, exercer de forma exclusiva a totalidade de direitos e deveres que integram o poder parental.

Sobre o assunto, Rodrigo da Cunha<sup>59</sup> esclarece:

*“Mas o que tem apavorado mesmo, principalmente as mulheres, que historicamente sempre tiveram a guarda dos filhos, é que terão que equilibrar o tempo de convivência do filho entre eles. Mas isto é apenas uma má interpretação da lei. O que se vai compartilhar é o cotidiano dos filhos, que continuarão convivendo com os pais como quando eles eram casados. A diferença agora é que os pais passaram a viver em casas separadas.”*

Dessa maneira, para Waldyr Grisard Filho<sup>60</sup>, com a alternância da guarda, o usufruto e administração dos bens da criança, bem como a responsabilidade civil pelos atos por ela praticados mudam de titular de forma sucessiva e periódica, o que ocasionaria conflitos e perturbações irremediáveis em detrimento da estabilidade do menor. Por outro lado, no modelo de guarda compartilhada, “ambos os genitores são convocados a exercerem, de forma conjunta, igual em medida e extensão, a totalidade de sua autoridade parental”, de tal forma a garantir o melhor interesse da criança.

Nos dias atuais, existe uma forte tendência à adoção desse modelo de guarda, principalmente em razão do desgaste que a guarda exclusiva ocasiona ao exercício dos direitos e deveres dos pais, ao passo que uma divisão igualitária prioriza o interesse do menor e seu equilíbrio emocional. Desta forma, foi o instituto da guarda compartilhada uma maneira encontrada para garantir ao pai, não detentor da guarda conforme a maioria das decisões judiciais, efetiva participação nas decisões, formação e educação do filho, bem como assevera Maria Berenice<sup>61</sup>:

*“A guarda compartilhada assume uma importância extraordinária, na medida em que valoriza o convívio do menor com seus dois pais, pois mantém, apesar da ruptura conjugal, o exercício em comum da autoridade parental e reserva, a cada um dos pais, o direito de participar das decisões importantes que se referem à criança”.*

---

<sup>59</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Guarda compartilhada obrigatória- Em benefício dos filhos. 02/06/2015.

<sup>60</sup> FILHO. Waldyr Grisard. Artigo: Guarda alternada ou guarda compartilhada? Publicação: 26/02/2013. Fonte: Assessoria de Comunicação do IBDFAM

<sup>61</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015. P.447.

Institucionalizada na legislação brasileira em 2008, embora tivesse sua aplicação sugerida, a Guarda Compartilhada geralmente ocorria quando havia acordo, mas raramente em casos de litígios. Isso porque a Lei 11.698/10 não a impunha como faz a Lei 13.058/14. A nova lei vem alterar a redação do Código Civil que restringia a aplicação da guarda compartilhada aos casos em que havia boa relação entre os pais. Estabelece, de outro modo, apenas duas situações em que a guarda compartilhada não será adotada, quais sejam, quando um dos pais não estiver apto para cuidar do filho ou quando um deles manifeste o desejo de não obter a guarda.

### **3.2 Aplicação dos modelos de guarda e seus efeitos no fenômeno da Alienação Parental**

No que tange ao fenômeno da Alienação Parental, cumpre mencionar que a própria Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010) prevê a alteração da guarda unilateral em compartilhada (ou vice-versa) como uma das alternativas de combate às práticas do fenômeno.

Pois bem. Por tudo já exposto, não há como menosprezar a influência exercida na ocorrência do fenômeno pela escolha do modelo de guarda aplicado. Ocorre que, ainda que a regra prevista na referida Lei fosse conceder a guarda ao genitor que além de dar melhores condições socio-afetivas ao menor, fosse o genitor que melhor viabilizasse o contato com o outro, muitas vezes, na prática, era dada àquele que já exercia antes da fixação judicial.<sup>62</sup>

Nesse contexto, é válido ressaltar que, na maioria dos casos de divórcio, continua sendo das mães a guarda dos filhos, não obstante a participação cada vez mais intensa dos pais no cotidiano destes. Indiscutível, contudo, que a ampla convivência com ambos os pais é requisito indispensável para a formação da personalidade e do caráter do menor, sendo imprescindível a construção e manutenção de vínculos afetivos, estáveis e verdadeiros com os pais.

---

<sup>62</sup> FREITAS, Douglas Phillips. Reflexos da Nova Lei da Guarda Compartilhada e seu diálogo com a Lei da Alienação Parental.

A problemática, contudo, reside no fato de que quando o divórcio não é bem elaborado, a visitação e o convívio se tornam um problema. Busca-se, outrossim, com a aplicação da guarda compartilhada, retirar a ideia de um pai mero visitador quinzenal, trazendo o direito de convivência da criança com ambos de forma igual, principalmente no que tange ao dever dos pais de assistência afetiva, moral, intelectual e material.

Nas palavras de Maria Berenice Dias<sup>63</sup>

*“(...) Quando da separação dos pais, os filhos ficam sob a guarda unilateral de um dos genitores. Ainda que seja estabelecida a guarda compartilhada, sempre é definido o domicílio do filho com um dos genitores, na grande maioria das vezes, na companhia da mãe. Historicamente sempre foi deferido ao pai singelo direito de visita, direito que ele exercia a seu bel-prazer, sem maior comprometimento com a criação e o desenvolvimento do filho. Só mais recentemente é que os pais começaram a reivindicar maior participação no seu crescimento e desenvolvimento. (...)”*

Considera a doutrina majoritária, por isso, dentre as modalidades de guarda, como a que melhor coíbe as práticas alienatórias a guarda compartilhada, visto que ao preservar a participação de ambos os genitores de forma isonômica no desenvolvimento do menor, reduz incidência de confrontos e disputas pelo poder.

Na visão de Douglas Phillips Freitas<sup>64</sup>, a Guarda Compartilhada traz um efeito muito mais moral que prática no combate à Alienação Parental. Sobre o assunto, esclarece:

*“O problema é que embora não haja real diferença prática entre a guarda unilateral e a compartilhada, sua aplicação sempre teve vinculação com o efeito psicológico do instituto, uma vez que a guarda unilateral pressupõe posse, propriedade do menor, enquanto a compartilhada não, o que a torna mais libertária e combatente à alienação parental.”*

Ainda, acrescenta:

---

<sup>63</sup> DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015. P.472.

<sup>64</sup> FREITAS, Douglas Phillips. Reflexos da Nova Lei da Guarda Compartilhada e seu diálogo com a Lei da Alienação Parental.

*“A lei sempre conferiu ambos pais o direito de fiscalização, auxílio e decisão sobre o filho independentemente da guarda, através do instituto do Poder Familiar. Na prática, contudo, o poder-dever do pai ou mãe que não recebeu a guarda física da criança, geralmente se sente impedido de auxiliar o guardião na educação, orientação, restando-lhe tão somente o auxílio do sustento do filho através da pensão alimentícia, o que juridicamente sempre foi um erro mas na prática era reiterado.”*

De fato, o compartilhamento da guarda aumenta o grau de satisfação não só dos pais como também dos filhos, fortalecendo a confiança de que ambos têm a mesma importância para o menor e evitando, assim, eventual necessidade de opção por um dos genitores.

No mais, como decorrência do princípio da igualdade entre os cônjuges e companheiros, a Constituição Federal de 88 e o Código Civil de 2002 reconhecem o princípio da igualdade no bojo familiar independentemente de divórcio ou separação, razão pela qual tanto o homem quanto a mulher devem exercer o poder familiar em um regime democrático de colaboração ou companheirismo, diferentemente do que ocorria no antigo modelo patriarcal.<sup>65</sup>

Entende Orlando Gomes que “o direito de guarda compreende o dever de vigilância, através do qual se efetiva, por atuação constante, o poder de se dirigir a criação no aspecto da formação moral do menor de idade”.<sup>66</sup> Desta forma, o direito de vigilância seria um efeito da guarda e não do poder familiar, sendo diferença crucial entre a guarda exclusiva e a compartilhada.

Pontes de Miranda<sup>67</sup>, por sua vez, leciona que “sustentar, é dar alimento, roupa e, quando necessário, recursos médicos e terapêuticos; guardar significa acolher em casa, sob vigilância e amparo; educar consiste em instruir, ou fazer instruir, dirigir, moralizar, aconselhar”.

---

<sup>65</sup> TARTUCE, Flavio. Artigo IBDFAM: *Novos princípios do direito de família brasileiro*.

<sup>66</sup> GOMES, Orlando. *Direito de Família*. 11 ed. rev. atual. Rio de Janeiro. Forense. 1998.

<sup>67</sup> MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado- Parte Especial*. 4.ed. 2.tiragem. t. VIII. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983, p. 94-101.

Portanto, a importância do compartilhamento da guarda em detrimento do modelo unilateral, apesar de intactos os poderes e deveres familiares em ambos casos, significa maior proporcionalidade quanto ao exercício de fato do poder familiar, uma vez não limitado o convívio do outro genitor, outrora não guardião e mero detentor de direito de visitas.

Destarte, a mitigação da alienação parental, em tese, é consequência da aplicação da guarda compartilhada pois previne manipulações, falsas denúncias e todo tipo de comportamento que um genitor possa ter para prejudicar o convívio do outro com o filho menor. Cabe ressaltar, porém, a fixação da guarda compartilhada depende em muito da conjuntura do caso concreto, devendo ser aplicada oportunamente, de preferência em casos consensuais, sob pena de ter seus benefícios cerceados.

Dito isso, é entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência a impossibilidade de aplicação da guarda compartilhada em processos litigiosos, sob o argumento, principalmente, de que a discordância entre os pais provocaria duplicidade de autoridade e falta de cooperação, criando um ambiente hostil desfavorável para a criação do menor, bem como permitindo a perpetuação de conflitos e fomentando o sentimento de ódio entre os ex-cônjuges.

Nesse sentido, Waldyr Grisard Filho<sup>68</sup>:

*“Pais em conflito constante, não cooperativos, sem diálogo, insatisfeitos, que agem em paralelo e sabotam um ao outro contaminam o tipo de educação que proporcionam a seus filhos e, nesses casos, os arranjos de guarda compartilhada podem ser muito lesivos aos mesmos. Para essas famílias, destroçadas, deve-se optar pela guarda única e deferi-la ao genitor menos contestador e mais disposto a dar ao outro o direito amplo de visitas.”*

---

<sup>68</sup> GRISARD FILHO, Waldyr. Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 177.

Rodrigo da Cunha Pereira<sup>69</sup>, por outro lado, ao analisar a nova Lei da Guarda Compartilhada, e a consequente obrigatoriedade de sua aplicação<sup>70</sup>, expõe que:

*“Criar filhos com responsabilidade não é nada simples, nem mesmo quando os pais vivem juntos ou se entendem. Esta lei vem exatamente para os pais que não conseguem conversar entre si. Para os que dialogam, obviamente, não precisa de lei alguma. A lei externa (jurídica) é para colocar limites e estabelecer parâmetros para quem não os tem internamente. Neste caso a lei vem “barrar o gozo” dos pais, que muitas vezes usam os filhos como moeda de troca do fim da conjugalidade, e fazem disto um jogo de poder: – “a guarda é minha!”, ou, – “não quis ficar comigo, vai comer o pão que o diabo amassou e não vai participar da vida do nosso filho!”. E isto nem sempre é tão explícito. Na maioria das vezes é feito com sutileza. E é assim que a guarda compartilhada, além de vários benefícios, funciona como um antídoto da alienação parental”*

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal inclusive já decidiu que o interesse do menor deverá preponderar sobre a pretensão do pai ou da mãe, pois o seu conteúdo é o bem-estar material e emocional dos filhos, seus aspectos morais e espirituais, sua saúde corporal e intelectual, sem comprometer seu adequado desenvolvimento.

Nesta toada, há que se atentar ao fato de que, não por regra, a aplicação da guarda compartilhada se revela como instrumento jurídico efetivo contra a prática da alienação parental. Inobstante, existem casos em que se entende sua aplicação por prejudicial ao menor, mormente quando não houver consenso entre os pais, quadro em que seria possível o afastamento da obrigatoriedade de sua fixação pelo magistrado.

Cumpre, portanto, analisar no próximo capítulo qual a posição dos nossos tribunais acerca do assunto, de modo a compreender os reais efeitos da Lei em comento.

---

<sup>69</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Guarda compartilhada obrigatória- Em benefício dos filhos. 02/06/2015.

<sup>70</sup> Nova Lei da Guarda Compartilhada - Lei nº 13.058/2014 que alterou, entre outros, o parágrafo 2º do artigo 1.584 do Código Civil.

#### **4. DO POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS ACERCA DA MATÉRIA**

Apesar da Síndrome de Alienação Parental não ser assunto novo, a inserção do fenômeno da alienação parental no ordenamento jurídico brasileiro é relativamente recente, havendo, portanto, certa dificuldade quanto a pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais.

A Lei nº 12.318 de 2010, no que diz respeito a alienação parental, inovou o direito de família brasileiro, abarcando diferentes mecanismos a fim de coibir a prática de atos de alienação parental ou ao menos atenuar seus efeitos, ao passo que prevê soluções dos problemas existentes e inclusive a imposição de penalidades como forma de repressão pelo Poder Judiciário.

Visando uma maior compreensão do quadro no Brasil, indispensável se faz a análise das recentes decisões proferidas pelos Tribunais, para que assim seja possível observar por meio de casos concretos, os cenários em que se faz mister a aplicabilidade da guarda compartilhada, bem como suas consequências na prática.

Optou-se, contudo, realizar neste trabalho uma pesquisa da jurisprudência somente após o ano de 2010, ano em que no Brasil foi regulamentado juridicamente pela Lei 12.318/2010, visto que antes disso sequer havia processos em segunda instância.

Cumprе esclarecer ainda que o objetivo da pesquisa realizada neste capítulo foi estabelecer um comparativo entre as decisões envolvendo o fenômeno da Alienação Parental e o estabelecimento da Guarda Compartilhada no decorrer dos anos, seguindo uma espécie de linha do tempo de acordo com as alterações legislativas.

Pois bem. Inicialmente, é relevante destacar que a Guarda Compartilhada foi instituída e disciplinada pela Lei 11.698/08. Antes disso, o Código Civil de 2002

determinava que a guarda deveria ser concedida àquele que apresentasse as melhores condições para exercê-la. Nesse sentido, a guarda unilateral era a regra, levando em conta o parentesco e afetividade estabelecida entre a criança e o guardião.

Com a alteração do Código Civil em 2008, surge o entendimento de que a guarda compartilhada deve ser privilegiada, pois atende ao melhor interesse da criança. Contudo, é notável que de início há uma maior cautela dos magistrados quanto a sua aplicação.

Nesse contexto, é interessante mencionar pesquisa realizada por Brito e Gonsalves no ano de 2013, na qual foi identificado um grande número de acórdãos contraindicando a aplicação da guarda compartilhada, principalmente sob o argumento de que a criança em idade tenra deveriam estar sob a guarda unilateral da mãe.<sup>71</sup>

Além disso, as ementas colacionadas a seguir reforçam tal entendimento, sendo importante destacar que todas as referidas decisões foram justificadas com base no melhor interesse do menor, conforme verifica-se:

DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE **GUARDA** PROVISÓRIA AJUIZADA PELO GENITOR JULGADA EM CONJUNTO COM AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITA AJUIZADA PELA GENITORA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE **GUARDA** E PARCIAL PROCEDÊNCIA AO PEDIDO DE REGULAMENTAÇÃO. INCONFORMISMO DO AUTOR DO PROCESSO DE **GUARDA**. Inexistência de comprovação de **alienação parental** por parte da genitora. Mudança de instituição de ensino da menor para uma das melhores escolas públicas do Rio de Janeiro da qual o autor foi devidamente informado. Genitora que em todas as Audiências Especiais realizadas nos autos se mostra disposta a realizar acordos para a visitação do pai à sua filha. Autor que apesar de pleitear a **guarda** de sua filha deixa de cumprir os acordos realizados em relação à visitação de sua filha. Estudo social realizado nos autos da ação de regulamentação de visitas conclusivo no sentido de existência de grande animosidade entre o ex-casal. Existência de depoimento pessoal da menor, colhido informalmente, onde está afirma seu desejo em permanecer na companhia da mãe. Parecer do Ministério Público no sentido de improvimento do recurso. Artigo 227 da Constituição da

---

<sup>71</sup> Brito, L.M.T, & Gonsalves, E.N. Guarda Compartilhada: Alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. Revista Direito GV, 9(1), 299-317. 2013.



República e 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Observância do princípio da prevalência do melhor interesse da criança, que neste momento é permanecer na companhia de sua genitora. Regulamentação da visita do genitor alterada somente para que apanhe a menor no fim de semana a ele destinado às sextas-feiras na residência materna e devolva na segunda na instituição de ensino. Recurso parcialmente provido. Precedentes. (AP 0007500-42.2005.8.19.0001, Des(a). MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO - Julgamento: 16/07/2013 - DÉCIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL)

APELAÇÃO. Guarda de filhos menores (meninos de 9 e 11 anos de idade). Inconciliável disputa entre modelos educacionais: a mãe prefere o que privilegia a disciplina; o pai a tempera com esportes e lazer. Confronto teórico ocioso e que não disfarça o conflito pessoal entre os genitores, tanto que a mãe, em audiência, recusou proposta de mediação externa, alvitada pelo Juízo e a que anuiu o pai. Laudos técnicos dos quais se extrai que os filhos demonstram encontrar maior conforto emocional e afetivo na companhia paterna, sem demonstrarem despreço pela mãe, a afastar a alienação parental de que a mulher acusa o varão. Intervenção judicial incontornável e que transferiu a guarda dos filhos da mãe ao pai, em harmonia com a prova produzida. Revisão do regime de visitação, em busca de maior equilíbrio da presença parental na vida dos filhos em crescimento. Parcial provimento do recurso. STF HC 69303/MG, Rel. Min. Néri da Silveira, julgado em 30/06/1992. (AP 0028383-55.2011.8.19.0209 – APELAÇÃO, Des(a). JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR - Julgamento: 12/06/2013 - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL)

Ação de Guarda proposta por genitor, objetivando exercer de forma exclusiva a guarda de seus dois filhos. Sentença suficientemente fundamentada que julgou parcialmente procedente o pedido, concedendo ao pai a guarda do filho Douglas e à mãe, da filha Milena. Estabelece o artigo 229 da Constituição Federal que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, arcando com as despesas de manutenção dos mesmos - No mesmo sentido o artigo 1.696 do Código Civil. Manifestação da menor no sentido de desejar conviver harmonicamente com ambos os genitores - Impossibilidade de uma solução amigável. Contexto probatório que não aponta nenhuma circunstância no sentido da não recomendação da permanência da menor com a mãe, mas muito pelo contrário, tão somente evidencia uma pretensão desesperada do apelante em denegrir a imagem da ex-esposa. Ausência de qualquer elemento de prova acerca da má conduta da guardiã, inexistindo, desta forma, qualquer fundamento a justificar a alteração da guarda faticamente consolidada com a recorrida desde a data da separação dos litigantes. Caracterizada a Síndrome da Alienação Parental e suas prejudiciais consequências psicológicas suportadas pelas vítimas. Direito a visitação livre - Manutenção da Sentença - Desprovimento do recurso. (0016842-58.2008.8.19.0038 – APELAÇÃO, Des(a). CAMILO RIBEIRO RULIERE - Julgamento: 14/05/2013 - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL)

Ocorre que, nesse caso, a aplicação da guarda compartilhada, no entendimento dos magistrados, esbarra na dificuldade de manutenção de convivência

e diálogo entre os genitores ex-cônjuges, sendo que as atribuições concernentes aos deveres parentais configuram fator agravante às discordâncias do casal. Logo, quando inexistente uma boa relação, pode vir a prejudicar os interesses da criança.

A partir de 2014, no entanto, com a edição da Lei 13.058/14 a guarda compartilhada é consolidada como regra. Alterando novamente o Código Civil, a referida Lei previu que quando não houvesse acordo acerca da guarda dos filhos, estando ambos os genitores aptos a exercer a guarda, a guarda compartilhada deveria ser a solução aplicada, salvo se um dos pais renunciasse judicialmente.

Insta salientar, antes mesmo da edição da Lei 13.058/14, já era entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a ideia de que a guarda compartilhada é essencial para assegurar à criança o direito de conviver com ambos os pais, sendo regra sua aplicação, salvo quando comprovada no processo a sua absoluta inviabilidade.

Em sede de Recurso Especial (REsp 1.629.994), a ministra relatora Nancy Andrighi considerou que para aplicação da guarda compartilhada, não é indispensável haver convívio amigável entre os pais separados, em virtude do caráter prioritário do melhor interesse da criança. Pelo contrário. Segundo entendimento da ministra, tal assertiva desvirtua o foco em direção ao litígio, em detrimento da busca do melhor interesse do menor.

Destaca-se a ementa abaixo:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIVÓRCIO. GUARDA COMPARTILHADA. NÃO DECRETAÇÃO. POSSIBILIDADES. Diploma legal incidente: Código Civil de 2002 (art. 1.584, com a redação dada pela Lei 13.058/2014). Controvérsia: dizer em que hipóteses a guarda compartilhada poderá deixar de ser implementada, à luz da nova redação do art. 1.584 do Código Civil. A nova redação do art. 1.584 do Código Civil irradia, com força vinculante, a peremptoriedade da guarda compartilhada. O termo "será" não deixa margem a debates periféricos, fixando a presunção - jure tantum - de que se houver interesse na guarda compartilhada por um dos ascendentes, será esse o sistema eleito, salvo se um dos genitores [ascendentes] declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor (art. 1.584, § 2º, in fine, do CC). IV. A guarda compartilhada somente deixará de ser aplicada, quando houver inaptidão de um dos ascendentes para o exercício do poder familiar,

fato que deverá ser declarado prévia ou incidentalmente à ação de guarda, por meio de decisão judicial, no sentido da suspensão ou da perda do Poder Familiar. Recurso conhecido e provido. (STJ - REsp 1.629.994-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, por unanimidade, julgado em 6/12/2016, DJe 15/12/2016.)

No caso retratado, o pai de duas meninas gêmeas pleiteava a guarda unilateral, alegando possuir melhores condições para criar a criança e que havia dificuldade de entendimento entre os ex-cônjuges. Contudo, ao proferir seu voto, a ministra relatora Nancy Andrighi destacou que “não obstante a relação seja ruim e os pais não alcancem um acordo, o compartilhamento da guarda configura medida drástica, porém necessária para resguardar os direitos da criança.”

Ainda de acordo com esse julgamento, as situações que afastam a aplicação da guarda compartilhada devem ser reconhecidas pelo juízo competente após análise objetiva. Nesse sentido, esclarece que para impedir o compartilhamento da guarda, as brigas entre pais separados precisam ser suficientemente graves.

Na prática, contudo, a questão da guarda é complexa e envolve diversos aspectos que devem ser levados em consideração. Por isto, apesar da alteração introduzida pela Lei 13.058/14, a decisão que deve atender ao melhor interesse da criança, por vezes é proferida também a partir de critérios subjetivos utilizados pelos magistrados.

Nesse diapasão, ao proferirem suas decisões, nota-se que os magistrados levam em consideração não só a palavra da vítima, mas também o depoimento de testemunhas, o desequilíbrio emocional demonstrado pelas partes, além do estudo psicossocial e principalmente a opinião do perito, ao passo que, por vezes, desconsidera fatores como melhores condições financeiras por parte de um dos genitores.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL e CIVIL. Ação de Reversão de Guarda de Menores. Alegação de alienação parental decorrente das diversas mudanças de endereço com intuito de impedir o direito de visitação do genitor. Decisão que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela de

urgência consistente do deferimento de guarda provisória. Manutenção. Para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada deve ser verificado, em cognição sumária, o preenchimento dos requisitos do art. 300, do CPC, probabilidade do direito, perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo e a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. A medida liminar pedida consubstanciaria mudança drástica na vida das crianças que, de uma hora para outra, sem nenhuma preparação psicossocial, seriam retiradas da presença da mãe e colocadas sob responsabilidade do genitor, que, possivelmente, em razão dos acontecimentos narrados, sequer conhecem. Para tanto, razoável que se aguarde a citação da ré ou a realização de estudo social e psicológico a fim de se avaliar melhor a situação e a necessidade reversão da guarda, buscando sempre privilegiar o interesse dos menores. Recurso a que se dá provimento. (TJ-RJ - NONA CÂMARA CÍVEL - APELAÇÃO CÍVEL Nº 0260279-97.2013.8.19.0004, RELATOR: DESEMBARGADOR ADOLPHO ANDRADE MELLO, Data de Julgamento: 19/06/2018)

Ainda, no mesmo sentido:

Apelação cível. Ação Indenizatória. Pleito que visa à condenação da ré em dano moral diante da prática de alienação parental. Sentença que julgou improcedente o pedido. Apelo que repisa os mesmos argumentos suscitados na exordial, afirmando que as provas colacionadas aos autos dão conta da alienação parental praticada pela genitora dos menores, e conseqüentemente, o direito do autor à indenização pretendida. Pretensão que não merece prosperar. Inexistência dos pressupostos ou requisitos da responsabilidade civil, quais sejam, o dano, a culpa do agente, em caso de responsabilização subjetiva e o nexo de causalidade entre a atuação deste e o prejuízo. Necessidade de produção de outras provas, tais como prova oral e pericial, que não foram requeridas tempestivamente pelo autor. Manifesta beligerância entre o ex-casal que não basta, por si só, para configurar a prática de alienação parental por parte da genitora, nos termos do artigo 2º da Lei nº12.318 / 10. Inteligência do artigo 373, inciso I do CPC/15. Precedentes jurisprudenciais. Sentença que merece ser mantida. Desprovimento do recurso. **(TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0059223-48.2015.8.19.0002, Relator: Desembargador CELSO LUIZ DE MATOS PERES, Data de Julgamento: 23/10/2017)**

No caso, o autor manifestou seu inconformismo contra a sentença que julgou improcedente seu pedido de indenização a título de alegados danos morais sofridos com a alienação, argumentando que a genitora dos menores manipula os fatos e a verdade em benefício próprio de modo a afastar seus filhos, o que gera danos emocionais passíveis de indenização.

Em que pese a ação ser meramente ressarcitória, é importante destacar parte do voto do desembargador relator, em vista da importância da produção de provas na decisão do magistrado, nos seguintes termos:

“(…) Como bem destacado pelo magistrado a quo, tal alegação deveria ter sido produzida através de prova oral e pericial, não sendo suficiente a vasta documentação acostada aos autos, até porque tais provas apenas demonstraram a latente beligerância havida entre o ex-casal. Ressalte-se que malgrado haja notícia de que a genitora, em algum momento do passado, não tenha favorecido o contato afetivo entre o genitor e os filhos, de acordo com o estudo social produzido pela Equipe Interdisciplinar do Juízo (fls. 182/185), é certo que tal proceder, por si só, não representa a prática de alienação parental por parte dela, nos termos dispostos no artigo 2º da Lei nº 12.318/10. Desta forma, diante do conjunto probatório carreado aos autos, forçoso concluir, assim como o fez o douto sentenciante, que o recorrente não se desincumbiu de provar o fato constitutivo do seu direito, na forma do artigo 373, inciso I, do CPC/15, não merecendo qualquer reparo a sentença atacada. (...)”

Dessa maneira, percebe-se que os critérios objetivos de meios probatórios se tornam insuficientes para os magistrados, que por sua vez acabam recorrendo também a critérios subjetivos para que reste assegurado a convivência do menor junto àquele genitor que apresenta as melhores condições emocionais, sendo dever deste saber a importância da relação de ambos para o bom desenvolvimento da criança.

Ainda, principalmente em razão da busca pelo melhor interesse do menor e do receio da ocorrência de atos de alienação parental, é perceptível a preocupação no que concerne a aplicação da guarda compartilhada nos casos em que a relação entre os genitores é conturbada, em especial quando há impossibilidade de diálogo ou convivência entre estes.

No caso abaixo, o magistrado entendeu que a guarda compartilhada não deveria ser concedida, uma vez inexistente a convivência pacífica entre os genitores. Observe:

Família. Prole. Regulamentação de visitas. Pretensão de concessão de guarda compartilhada. Inexistência de consenso entre os genitores. Melhor interesse da criança. A pretensão recursal deve ser analisada com vistas ao princípio do melhor interesse da criança, previsto no artigo 100, IV, da Lei nº 8.069/90, decorrente da doutrina da proteção integral, sendo de rigor que, em demandas que envolvam os interesses de crianças e adolescentes, o aplicador do direito busque a

solução que proporcione o maior benefício possível para o infante. Realmente, as questões que envolvem alteração de guarda de menor demandam acurado exame, pois, na hipótese de acolhimento do pedido, modificar-se-á radicalmente a rotina da criança, a começar pelo domicílio, trazendo reflexos em sua saúde física e emocional, daí porque aconselhável somente em casos excepcionais, priorizando-se sempre os interesses do menor. Na hipótese vertente, a genitora, ora apelada, detém a guarda do menor Arthur desde 2016, conforme sentença prolatada nos autos da ação de divórcio (0005952-04.2016.8.19.0063). O genitor, contudo, pretende seja fixada a guarda compartilhada, ressaltando a necessidade de ampliação do tempo de convivência com o filho. Como é cediço, a guarda compartilhada é aquela na qual os pais separados compartilham de forma equânime não só o convívio como também todas as responsabilidades relacionadas à vida da prole. Não obstante tenha o legislador estabelecido que a guarda compartilhada deve ser aplicada quando ambos os genitores estão aptos a exercer o poder familiar (artigo 1584, § 2º, do Código Civil), parte da doutrina já vem se posicionando no sentido de que, para que seja colocada em prática essa espécie de guarda, é necessária uma convivência pacífica entre os genitores de forma a viabilizar as atividades do cotidiano da criança. No caso, não se vislumbra, a partir do acervo probatório carreado aos autos, essa convivência pacífica entre os genitores. Pelo contrário, existe termo circunstanciado lavrado junto à 108ª Delegacia de Polícia para apuração da prática de crime de desobediência pelo genitor, que, segundo a apelada, retirava o menor da residência materna por ocasião da visitação e não o restituía. O estudo social e psicológico elaborado pela equipe técnica do juízo, por seu turno, também atestou a dificuldade de comunicação entre os genitores. Vê-se, portanto, que a sentença foi proferida com base na prova dos autos, estando devidamente fundamentada. Com efeito, não há nos autos qualquer elemento que indique que a guarda compartilhada se mostra agora a melhor medida no interesse do pequeno Arthur, que convive regularmente com seu genitor, não estando exposto, lado outro, a qualquer situação de risco na companhia materna. No que tange ao modelo de visitação estabelecido na sentença, é certo que teve por base acordo anteriormente homologado pelas partes, conforme parecer do serviço social às fls. 167. Dessa forma, se os pais, em princípio, firmaram um acordo para atender as necessidades do filho, não pode agora o apelante considera-lo um modelo ruim. Destarte, nenhum reparo merece a sentença, considerando a inexistência, ao menos neste momento processual, dos requisitos autorizadores da guarda compartilhada. Recurso ao qual se negar provimento. **(TJ-RJ, APELAÇÃO Nº 0010375-07.2016.8.19.0063, Des(a). MARIO ASSIS GONÇALVES - Julgamento: 14/06/2018 - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL)**

No mesmo sentido, a ementa abaixo salienta a cautela dos magistrados quanto tangente a questões envolvendo alteração de guarda de menor, a fim de resguardar sempre o princípio do melhor interesse da criança:

**APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. GUARDA COMPARTILHADA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. Caso concreto em que resta cabalmente comprovado que a guarda compartilhada, deferida inicialmente de forma provisória, revelou-se prejudicial, não atendendo ao melhor interesse da criança. Impossibilidade de sua manutenção. APELAÇÃO DESPROVIDA. (AP CÍVEL Nº 70042506055, OITAVA CÂMARA CÍVEL – RS, RELATOR DESEMBARGADOR MOREIRA LINS PASTIL, Data do Julgamento: 18/08/2011)**

No caso em análise, trata-se de ação de dissolução de união estável na qual se discutiu a possibilidade de fixação da guarda compartilhada de menina que à época tinha oito anos de idade. Do relatório de autoria do Desembargador Ricardo Moreira Lins Pastil, depreende-se que ambos os genitores acordaram em audiência a guarda compartilhada da filha, uma vez que ambos possuiriam condições de cuidar da menina.

O desembargador, por sua vez, entendeu pelo desprovimento do recurso interposto pelo pai da criança, justificando que os elementos presentes nos autos confirmavam que a guarda compartilhada deferida inicialmente havia se mostrado prejudicial ao atendimento dos interesses da criança. Assim, válido ressaltar trecho da referida decisão:

“(…) Inicialmente, deve ser registrado não haver dúvida de que as testemunhas ouvidas durante a instrução processual, amigos próximos das partes, declararam que Antônio Carlos é quem brinca mais com a filha, sendo que Simone é quem educa e impõe disciplina. (...) O fato é que, após a realização do referido acordo provisório da guarda compartilhada, a prova técnica produzida demonstrou que tal arranjo não atende ao melhor interesse da menina Nathália, tendo o profissional de confiança do Juízo, após realizar avaliações psicológicas com as partes (Antônio Carlos, fls. 149/151; Simone, fls. 152/154; e Nathália, fls. 155/157), concluído que “a guarda compartilhada não está sendo benéfica à menina, por ela apresentar dificuldades emocionais decorrentes desta modalidade de guarda e pelo ex-casal não conseguir manter uma relação pautada no diálogo e na flexibilidade, requisito básico para a manutenção de uma guarda compartilhada. Sugere-se, portanto, que Nathália fique sob a guarda da mãe, com visitas regulamentadas ao pai”. (fls. 156/157) [grifei] A esse respeito, não pode passar despercebido ainda o depoimento da menina Nathália, que, quando da realização da avaliação psicológica, manifestou que “mora um pouco com cada genitor, mas afirma que gostaria de morar mais com a mãe” (fl. 155) [grifei] Identicamente, à solução do impasse não pode ser ignorada a inexistência de um perfeito entendimento entre os genitores da menina Nathália

(conforme se extrai dos depoimentos pessoais das partes, fls. 77/86; da prova técnica, fls. 149/154; e da cautelar de separação de corpos tombada sob o n.º 001/1.06.0178712-2, apensada ao presente), o que seria de rigor para o compartilhamento aqui pretendido, motivos por que compreendo deva ser mantida incólume a sentença vergastada, não sendo cabível a manutenção da guarda compartilhada deferida de forma provisória durante a instrução processual. (...)”

Verifica-se que ao proferir o voto em tela, o desembargador relator baseou-se não somente nos depoimentos das testemunhas ouvidas durante a instrução processual, como na avaliação psicológica realizada pelo perito judicial. Logo, sua decisão teve como pauta base os depoimentos pessoais, a prova técnica, bem como a própria opinião da menina, o que evidencia a importância de tais elementos na decisão do juiz.

No que concerne ao fenômeno da alienação parental, de acordo com a Lei nº 12.318/10, diante de situação em que se verifica a veracidade das acusações da prática de atos de alienação parental, poderá o juiz adotar certas medidas a fim de obstar tais práticas, como advertir o alienador, ampliar o regime de convivência familiar em favor do outro genitor, estipular multa ao alienador, determinar acompanhamento psicológico ou biopsicossocial, ou até mesmo determinar a alteração da guarda e do domicílio da criança ou adolescente, havendo ainda a possibilidade do magistrado declarar a suspensão da autoridade parental.

No entanto, quando se observa os julgados, o que se pode concluir é que o cerne da questão reside exatamente na dificuldade encontrada pelos magistrados no que tange a comprovação da ocorrência do fenômeno. Por isso, a colheita de provas periciais multidisciplinares se mostra indispensável para caracterizar a existência da alienação parental pelo juiz.<sup>72</sup>

Contudo, por vezes a elaboração de laudos psicológicos psiquiátricos ou até mesmo por assistentes sociais não tem se mostrado suficientes para embasar o convencimento do magistrado. A partir disso, ocorre que o Poder Judiciário acaba por

---

<sup>72</sup> Figueiredo, Fabio Vieira / Alexandridis, Georgios - Alienação Parental - 2ª Ed. 2014. Editora Saraiva.



se omitir, como consequência de extrema cautela, ou profere decisões que, apesar de atenuantes, acabam por favorecer a conduta do alienador.<sup>73</sup>

No mais, ao mesmo tempo em que a adoção de medidas provisionais pelo magistrado é imprescindível para a preservação da integridade psicológica dos menores, há, por outro lado, o receio de que se a denúncia não for verdadeira, restará traumática a circunstância que envolverá a criança.

Isto porque, caso adotada medida que resulte na privação do convívio com o genitor que não lhe fez mal algum, por exemplo, a reversão da guarda ou suspensão das visitas, ao invés de impedir o agravamento da convivência com um genitor alienador, estará a criança sendo privada da convivência.<sup>74</sup>

Logo, o que se verifica na maioria das vezes são decisões provisórias, evitando a imposição de medidas drásticas até que sejam produzidas mais provas que comprovem cabalmente o alegado pelas partes.

Nessa mesma linha:

DIREITO DE FAMÍLIA - AÇÃO DE GUARDA CUMULADA COM REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS - REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE GUARDA - INDEFERIMENTO PELO JUÍZO A QUO - AGRAVANTE QUE ALEGA ALIENAÇÃO PARENTAL POR PARTE DA EX-MULHER À PESSOA DA FILHA - LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010, - INVERSÃO DA GUARDA - MEDIDA EXTREMA - DEFERIMENTO EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS - IMPERIOSA COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE LARGA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA - NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO DA COGNIÇÃO COM A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PSICOLÓGICA DO CASO - DECISÃO QUE NÃO PODE SER PRECIPITADA EXIGINDO-SE ZELO E PRUDÊNCIA, A FIM DE SE EVITAR UMA RUPTURA BRUSCA NA JÁ CONTURBADA VIDA DA MENOR - AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA - MANUTENÇÃO DO DECISUM. 1. Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ativo, nos autos da ação de guarda cumulada com regulamentação de visita, contra decisão que indeferiu a inversão da guarda da menor Flávia. 2. A prática de ato de alienação parental, como alega o genitor/agravante, tendo como alienador a própria mãe da menor fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência

---

<sup>73</sup> PEREZ, Elizio Luiz. Incesto e Alienação Parental: realidades que a justiça insiste em não ver. In: DIAS, Maria Berenice.

<sup>74</sup> 2 DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, v.5, 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. 3. A Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, dispõe em seu art. 6º, que caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso: I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; III - estipular multa ao alienador; IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; V – determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; (.) 4. Como se extrai da própria enumeração do dispositivo, a inversão da guarda afigura-se em nosso sistema medida extrema, só devendo, por isso, ser deferida em hipóteses excepcionais, em que devidamente comprovada a sua existência, através de larga instrução probatória, inclusive com a produção de perícia. 5. Por isso mesmo, prevê o art. 5º da Lei 12.318/10 que, havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial. 6. No caso, não se tem notícias ainda de ter havido estudo psicológico do caso, pelo que a inversão da guarda nesse momento, afigura-se medida prematura e não recomendada, até mesmo em nome do princípio da proteção integral da criança. 7. Retira-se do louvável parecer do i. Procurador de Justiça, José Aluizio de Arruda, a seguinte passagem, in verbis: "(.) Inobstante os fatos graves noticiados, comprovados mediante a transcrição das conversas telefônicas gravadas entre genitora e a menor, sem o conhecimento das mesmas, este órgão ministerial entende que, para preservar os direitos da criança, maior interessada no caso em estudo, é necessário que a situação tenha uma resposta menor açodada, em ritmo que não crie uma ruptura brusca na já conturbada vida da menor Flávia. **NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. (TJ-RJ, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0007103-39.2012.8.19.0000, Des(a). MARCELO LIMA BUHATEM - Julgamento: 16/04/2012 - QUARTA CÂMARA CÍVEL)**

No pleito em tela, constata-se que não obstante alegação de alienação parental pelo agravante, bem como de “fatos graves noticiados, comprovados mediante a transcrição das conversas telefônicas gravadas entre genitora e a menor”, o magistrado entendeu como excepcional a reversão da guarda. Por isso, diante da ausência de larga instrução probatória, em especial de prova pericial, destacando a importância desta para justificar medidas extremas à preservação dos direitos da

criança, justificou que a inversão da guarda, nesse momento inicial, configura “medida prematura e não recomendada”.

Mais uma vez, é possível concluir que apesar de facultado ao juízo a adoção de medidas durante (qualquer etapa processual), este ainda demonstra receio quanto a aplicação de medidas consideradas extremas e que possam causar grandes mudanças ou rupturas na vida da criança. Por outro lado, parece ser necessário o aprofundamento da cognição processual, de modo a produzir grande acervo probatório, principalmente através da realização de perícia psicológica.

Por sua vez, a ementa abaixo retrata situação de desconstituição da guarda compartilhada em ação que designou o encargo exclusivamente ao genitor. Confira-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALTERAÇÃO DE GUARDA. TUTELA PROVISÓRIA. COMPARTILHAMENTO DESCONSTITUÍDO. ENCARGO UNILATERAL DESIGNADO AO PAI. DECISÃO EMBASADA NA CONCLUSÃO DO ESTUDO PSICOSSOCIAL PRELIMINAR. PRINCÍPIO DO BEM-ESTAR DO MENOR. As alterações de guarda devem ser evitadas tanto quanto possível, pois implicam mudanças na rotina de vida e nos referenciais dos menores, podendo gerar transtornos de toda ordem. No caso concreto, não se verifica razão plausível para que seja reformada a decisão agravada que, verificando atual beligerância entre os genitores, desconstitui o compartilhamento da guarda como requer a mãe, mas, amparada na prova técnica dos autos, que aponta traços de conduta atinente à prática de alienação parental pela autora, designa provisoriamente o encargo unilateral para o genitor demandado, a fim de melhor atender ao interesse da criança. **(TJ-RS - AI: 70077593366 RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Data de Julgamento: 25/07/2018, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/07/2018)**

Ao proferir sua decisão, a desembargadora relatora Sandra Brisolara elucidou que “o conjunto probatório indica que a manutenção do compartilhamento da guarda, in casu, não se faz mais possível, porquanto instaurada situação de beligerância entre os genitores, como a própria agravante reconhece, haja vista ser ela a autora da ação”. Ainda, destacou a importância do laudo pericial de avaliação psicológica que, junto às outras provas acostadas, demonstram quem detém melhores condições de atender ao interesse do menor.

Portanto, torna-se evidente pelos julgados acima a lógica de que a aplicação da guarda compartilhada deve ser entendida como regra, contudo, uma regra que poderá ser relativizada em certos casos em que não ao melhor interesse da criança, principalmente nos casos em que a existência de relação conturbada entre os genitores guardiões possa vir a resultar em problemas para o menor.

Daí, conclui-se que, tratando-se de questão grave e delicada, é imprescindível que o magistrado atue com cautela ao decidir qual medida deve ser aplicada nos casos concretos, especialmente quando se tem em mente a demora da realização de estudos sociais e psicológicos, dando preferência àquelas que resultarão em mais benefícios e menos traumas à criança.

## CONCLUSÃO

Portanto, observa-se que foram criados nos últimos anos vários institutos a fim de que o Direito de Família pudesse adequar-se à realidade social atual, em muito modificada pelas transformações da sociedade.

Dentre eles, o instituto da Guarda Compartilhada insurge como forma de proteção à isonomia, à convivência familiar e à solidariedade, assim como à proteção a dignidade da pessoa e o melhor desenvolvimento do menor.

Diante do rompimento da relação amorosa pautada no afeto e na felicidade, a razão é deixada de lado, sendo que na existência de prole, são estes os mais atingidos pelo término do relacionamento dos pais e as mudanças abruptas no cotidiano. Nesse contexto, a guarda compartilhada é justamente a possibilidade de atribuir a ambos os genitores igual participação nas questões corriqueiras que regem o dia-a-dia da vida de seus filhos.

Por efeito, em razão da distribuição equiparada do tempo de convivência proporcionada por este modelo, a guarda compartilhada é considerada por parte da doutrina como possível ferramenta de combate a Alienação Parental. Contudo, não obstante seja o compartilhamento da guarda mais benéfico na maior parte dos casos, é importante analisar se é este o modelo que melhor atende o princípio do interesse do menor ainda que não seja possível o diálogo pacífico e o entendimento entre o casal.

Conquanto a legislação priorize a aplicação pelo judiciário da guarda compartilhada, inclusive nos casos em que não há consenso entre os genitores, atento ao melhor interesse do menor e considerando o contexto em que este encontra-se inserido, autoriza-se a guarda unilateral em certos casos excepcionais. Caberá, portanto, ao magistrado, analisar o caso concreto e decidir qual a melhor opção de acordo com os princípios basilares do nosso ordenamento jurídico.

Importante esclarecer que a efetividade da aplicação da Guarda Compartilhada, nesse sentido, se justifica por seu caráter preventivo, pois evita que haja o afastamento do genitor do convívio com a criança ou adolescente. Difere, portanto, das medidas previstas pela Lei da Alienação Parental (12.318/12) que são aplicadas quando há indícios de atos alienatórios, podendo o juiz reverter a guarda ou suspender visitas para realização de estudos sociais e psicológicos.

Conforme depreende-se do exposto neste trabalho, o principal obstáculo encontrado pelo judiciário, em prática, decorre da dificuldade na constatação da ocorrência de Alienação Parental, o que explica a grande resistência por parte dos magistrados quanto a adoção de medidas urgentes, muitas vezes necessárias para atender o melhor interesse dos menores.

Neste aspecto, entendo ser indispensável a presença de outros profissionais como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, que possam auxiliar na identificação do fenômeno, bem como, posteriormente, promover a reestruturação dos vínculos afetivos.

Portanto, visando a manutenção dos laços de afetividade e buscando reduzir os efeitos negativos que a separação pode vir a causar na criança fruto do relacionamento, acredito que a convivência com ambos os pais como regra justifica-se por conferir aos pais maior igualdade no exercício de sua função parental, além de evitar possíveis sentimentos de posse de genitor que mantém a guarda unilateral.

Além disso, em razão da gravidade das consequências que podem vir a ser geradas nos menores vítimas da alienação, é indiscutível que qualquer seja a decisão a ser tomada, o interesse do menor deve ser posto em evidência, para que haja o pleno desenvolvimento daquela criança, seja com a guarda compartilhada ou atribuída ao genitor que demonstrar melhores condições à sua criação, ressaltando-se aqui a importância de que este último apresente farta documentação e provas testemunhais, periciais, para comprovar tal alegação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado. Atualizado por Achilles Bevilaqua.* 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950. v. 2.

BRITO, L.M.T, & GONSALVES, E.N. *Guarda Compartilhada: Alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência.* Revista Direito GV, 9(1), 299-317. 2013.

CINTRA, Pedro., SALAVESSA, Manuel., PEREIRA, Bruno., JORGE, Magda., VIEIRA, Fernando. *Síndrome da Alienação Parental: Realidade médico-psicológica ou jurídica?* - Revista Julgar nº 7, 2009.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias.* Ed rev., atual. e ampl. SP, Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, v.5, 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

----- . *Guarda Unilateral ou Compartilhada: uma primeira impressão da Lei n. 13058/2014.*

FIGUEIREDO, Fabio Vieira / ALEXANDRIDIS, Georgios - *Alienação Parental* - 2ª Ed. 2014. Editora Saraiva.

FREITAS, Douglas Phillips. *Reflexos da Nova Lei da Guarda Compartilhada e seu diálogo com a Lei da Alienação Parental.*

GARDNER, Richard. *O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)? Tradução de Rita Rafaeli.* Disponível em:. Acesso em: 08 jun. 2010

GOMES, Orlando. *Direito de Família.* 11 ed. rev. atual. Rio de Janeiro. Forense. 1998.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro, v.6: direito de família*. 9ª Ed. São Paulo – Ed. Saraiva, 2012

GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

------. Artigo: *Guarda alternada ou guarda compartilhada?* Publicação: 26/02/2013. Fonte: Assessoria de Comunicação do IBDFAM.

GROENINGA, Giselle. *Guarda compartilhada e relacionamento familiar. Algumas reflexões necessárias*.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Sobre peixes e afeto - um devaneio acerca da ética no Direito de Família*.

LÔBO, Paulo. *A repersonalização das relações de família*. Revista Brasileira de Direito de Família. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v. 6, n. 24, p. 155, jun./jul. 2004.

------. *Direito Civil – Famílias*, 4ª Ed - São Paulo - Editora Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família – 5ª Ed.* – Editora Forense, 2013.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado- Parte Especial*. 4.ed. 2.tiragem. t. VIII. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

PEREZ, Elizio Luiz. *Incesto e Alienação Parental: realidades que a justiça insiste em não ver*. In: DIAS, Maria Berenice.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Guarda compartilhada obrigatória- Em benefício dos filhos*. Publicado em: 02/06/2015. IBDFAM.

------. *Princípios fundamentais norteadores para o direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

------. *Alienação Parental: uma inversão da relação sujeito objeto*. Publicado em: 26/06/2017. IBDFAM.



----- . *Dicionário de Direito de Família e Sucessões – Ilustrado*. Ed. Saraiva.

----- . *Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família – Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Direito no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR*. 2004.

ROSA, Conrado Paulino Da. Dia internacional de combate a alienação parental. IBDFAM – Data de publicação: 24/04/2018.

SILVA, Denise Maria Peressini. *Guarda Compartilhada e Síndrome da Alienação Parental: o que é isso?* Campinas SP: Autores associados, 2009.

TARTUCE, Flavio. Artigo IBDFAM: *Novos princípios do direito de família brasileiro*.

----- . *Manual de Direito Civil: Volume único, 7ª ed. rev., atual. e ampl.* – Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. *A disciplina civil-constitucional das relações familiares. In: Temas de direito civil*. 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Nova Lei da Guarda Compartilhada - Lei nº 13.058/2014 que alterou, entre outros, o parágrafo 2º do artigo 1.584 do Código Civil.

Consulta à jurisprudência do STJ: Disponível em: <[www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br)>